



ENERGIA

Aneel compensará consumidores por cortes de energia (Folha de SP) 15/12/09	3
Lula quer gás mais barato no Bolsa Família (Folha de SP) 15/12/09	3
Mercado Aberto (Folha de SP) 15/12/09	4
O leilão de vento deu certo (Folha de SP) 15/12/09.....	5
Leilão de eólicas foi "sucesso absoluto", afirma governo (Folha de SP) 15/12/09	6
Exxon compra empresa de gás por US\$ 31 bi (Folha de SP) 15/12/09	7
Limitação de fornecedor já atrasa projetos, diz Petrobras (Folha de SP) 15/12/09.....	7
Painel Regional (Folha de SP) 15/12/09.....	7
Conferência do clima é paralisada por países em desenvolvimento (O Estado de SP) 15/12/09	8
Lula critica empresários que abandonaram a Confecom (O Estado de SP) 15/12/09	9
Focus volta a prever PIB negativo (O Estado de SP) 15/12/09.....	9
Para Armínio, País está mais protegido de bolha financeira (O Estado de SP) 15/12/09	10
Lula diz ter "certeza" de que a economia crescerá (O Estado de SP) 15/12/09	11
Leilão de eólicas movimenta R\$ 19,5 bi (O Estado de SP) 15/12/09.....	12
Aneel quer compensar consumidor em apagões (O Estado de SP) 15/12/09	13
Justiça dá ao governo posse da rede óptica da Eletronet (O Estado de SP) 15/12/09	13
País fez 'proeza' em ano de crise, diz Mantega (Valor Econômico) 15/12/09	14
Rede de fibras ópticas da Eletronet já pode ser usada em plano de banda larga (Valor Econômico) 15/12/09	18
Leilão de eólicas tem deságio de 21% (Valor Econômico) 15/12/09	19
Fundações dobrarão seus investimentos (Valor Econômico) 15/12/09.....	20
Além de recursos, infraestrutura demanda qualidade (Valor Econômico) 15/12/09	21
Exxon realiza uma aposta de US\$ 31 bilhões no gás natural (Valor Econômico) 15/12/09	21
Mercado de ações no Brasil terá um índice "verde" (Valor Econômico) 15/12/09.....	23
Em busca de aumento para as emendas, oposição ameaça obstruir Orçamento (Valor Econômico) 15/12/09	24
Braskem e Cetrel fazem parceria com Novozymes (Valor Econômico) 15/12/09	24
Tivit toma empréstimo de R\$ 150 milhões do BNDES (Valor Econômico) 15/12/09.....	25
Empresas se unem para produzir energia limpa (Correio Popular – Economia/ Os Fatos) 15/12/09.....	25
ABEEólica considera positivo volume negociado no leilão de reserva (CanalEnergia) 14/12/09.....	26
Leilão de eólicas viabiliza 1.805,7 MW de capacidade instalada e abre espaço para R\$ 9,4 bilhões em investimentos (CanalEnergia) 14/12/09	26
EDP Renováveis Brasil desiste de leilão de eólicas diante de preço-teto (CanalEnergia) 14/12/09.....	27
Eletróbrás PNB encerra com baixa de 5,03% (CanalEnergia) 14/12/09.....	27
Coomex torna-se geradora com eólica contratada em leilão de reserva (CanalEnergia) 14/12/09.....	28
Dificuldades ambientais com hidrelétricas motivaram leilão de eólicas, diz Lobão (CanalEnergia) 14/12/09.....	28
Leilão de eólicas termina com preço de venda médio de R\$ 148,39 por MWh (CanalEnergia) 14/12/09	28
Leilão de eólica tem iniciada rodada discriminatória (CanalEnergia) 14/12/09.....	29
PSR e CanalEnergia iniciam parceria de conteúdo (CanalEnergia) 14/12/09.....	29
Leilão de eólica tem preço abaixo de R\$ 160 por MWh (CanalEnergia) 14/12/09	30
Eletoacre tem novos limites de DEC e FEC (CanalEnergia) 14/12/09.....	30
Nível dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste atinge 72% da capacidade (CanalEnergia) 14/12/09	30
Leilão de eólica já tem preço abaixo de R\$ 170 por MWh (CanalEnergia) 14/12/09	31
Leilão de eólicas: após quatro horas, preço vai a R\$ 171,47/MWh (CanalEnergia) 14/12/09	31

PCH Jacaré é enquadrada no Reidi (<i>CanalEnergia</i>) 14/12/09.....	31
Leilão de eólicas: preço cai abaixo dos R\$ 180 por MWh (<i>CanalEnergia</i>) 14/12/09.....	31
Aneel pretende editar resolução consolida direitos e obrigações dos geradores (<i>CanalEnergia</i>) 14/12/09.....	31
Eletrobrás PNB opera em queda de 3,67% (<i>CanalEnergia</i>) 14/12/09.....	32
Leilão de eólica: rodadas uniformes continuam com preço de R\$ 183,46 por MWh (<i>CanalEnergia</i>) 14/12/09.....	32
TCU vai realizar auditoria na Cosern e Boa Vista Energia (<i>CanalEnergia</i>) 14/12/09.....	32
Tem início o leilão de energia eólica (<i>CanalEnergia</i>) 14/12/09.....	33
José Starosta é o novo presidente da Abesco (<i>CanalEnergia</i>) 14/12/09.....	33

SINDICAL

1ª Conferência Nacional de Comunicação (CUT Nacional) 15/12/09.....	33
Terça e quarta-feira (<i>CUT Nacional</i>) 14/12/09.....	34
Somos fortes, somos CUT (<i>CUT Nacional</i>) 14/12/09.....	35
Sorocaba (CUT Nacional) 14/12/09.....	36
Contra pacotagem de Yeda (<i>CUT Nacional</i>) 14/12/09.....	37
Espírito Santo (CUT Nacional) 14/12/09.....	37
Paraíba (CUT Nacional) 14/12/09.....	38

Aneel compensará consumidores por cortes de energia (Folha de SP) 15/12/09

Recursos de multas, que iam para o Tesouro, vão ser distribuídos, a partir de 2010, para consumidor

PEDRO SOARES
DA SUCURSAL DO RIO

A partir de 2010, os consumidores de energia de todo o país vão receber de volta em suas contas de luz, sob forma de desconto, as multas contra as concessionárias de energia correspondentes ao corte no fornecimento que são recolhidas ao Tesouro. Em 2008, as autuações somaram R\$ 45,5 milhões.

Essa e outras propostas fazem parte de uma nova regulamentação da agência, que deve ser aprovada nesta semana pela direção da Aneel. Há consenso sobre o tema, e o diretor-geral, Nelson Hubner, manifestou-se a favor da mudança. "A ideia é mudar a regulamentação e deixar de repassar ao Tesouro as multas. É justo que apenas o consumidor que fica sem energia receba uma compensação por isso", disse.

A Aneel já mensura a qualidade dos serviços por meio de indicadores individuais e coletivos (por regiões), que contabilizam a frequência e a duração dos cortes. Em cada área (que pode ser um bairro ou uma região), a agência estipula limites máximos e aplica multas no caso de infração das metas coletivas ou determina o ressarcimento aos consumidores, se a meta for não cumprida.

Pelos cálculos da Aneel, os consumidores receberão, ao menos, R\$ 180 milhões no ano que vem como ressarcimento por cortes na conta de luz.

A cifra, estima, deve crescer 33% sobre o valor recolhido em 2008 -R\$ 130 milhões-, segundo estudo da agência realizado em 35 das 64 distribuidoras do país -amostra que corresponde a 65% dos clientes, ou 64 milhões de consumidores. Tal estudo serviu de base para a proposta da regulamentação.

Para Hubner, a agência trabalha com o foco no consumidor e entende que ele deve ser compensado pela falta de energia -e não o Tesouro.

Atualmente, parte das compensações, cobradas sobre a forma de multas anuais por duração e frequência de cortes, vai para a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Os recursos são, portanto, do Tesouro, embora a administração fique a cargo da Eletrobrás.

Segundo Carlos Alberto Mattar, da assessoria de serviços de distribuição da Aneel, o objetivo das mudanças é melhorar a qualidade dos serviços e tornar as metas "cada vez mais estreitas" e ajustadas para as distribuidoras. Por isso, todos os limites de tolerância serão revistos para baixo -o que tende a elevar os valores recolhidos das empresas como compensação.

Atualmente, as multas correspondem a pequena fatia do faturamento das companhias. Em todo o ano passado, a Light, concessionária do Rio, pagou R\$ 4,7 milhões -dos quais R\$ 3,4 milhões foram para o Tesouro. Na área de concessão da distribuidora, os clientes ficam 11,06 horas anuais, em média, sem luz. Os cortes ocorrem, em média, 6,74 vezes ao ano. Já a Eletropaulo gastou R\$ 4,1 milhões em compensações a clientes e multas ao Tesouro. A companhia não quis comentar a mudança na regulamentação da Aneel, posição também adotada pela Light.

Procurada, a Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica) informou que não vai se pronunciar enquanto não sair a nova regulamentação.

Lula quer gás mais barato no Bolsa Família (Folha de SP) 15/12/09

Presidente avalia dar um subsídio de R\$ 10 no preço do botijão para pessoas cadastradas no programa assistencial

Lula discute tema com a Petrobras e a equipe econômica, que ainda resiste por causa do custo de R\$ 1 bi por ano ao Tesouro

Distribuidora de gás em Mauá (SP); governo estuda subsídio

VALDO CRUZ
LEANDRA PERES
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva analisa um subsídio de R\$ 10 no preço do botijão de gás para famílias de baixa renda beneficiárias do Bolsa Família, o principal programa social do governo federal. O assunto foi discutido em reunião do presidente, ontem, com a Petrobras e com o ministro Guido Mantega (Fazenda).

O principal empecilho continua sendo o custo: até R\$ 1 bilhão por ano, segundo as contas da equipe econômica. Mantega tem argumentado com o presidente que não há espaço fiscal para novas despesas em 2010, quando a equipe econômica quer um superavit fiscal maior que o deste ano -reduzido, entre outros motivos, devido às medidas de estímulo à economia adotadas pelo Planalto.

Segundo a Folha apurou, não houve decisão final na reunião de ontem com Lula.

O presidente, porém, insiste na busca de uma solução para adotar a medida, mais uma na linha de boas notícias para tonificar a candidatura da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) à Presidência no próximo ano. De acordo com um assessor de Lula, ele trata a ideia como prioridade nessa reta final do seu mandato.

A proposta é conceder um subsídio, bancado pelo Tesouro Nacional, no preço de varejo do botijão de 13 quilos, de uso residencial. O preço atual varia em torno de R\$ 38, na média do preço praticado no país, e, com a ajuda federal, cairia para R\$ 28, na média.

Apenas as famílias que recebem o Bolsa Família terão direito ao subsídio. O cadastro do programa tem hoje 12,5 milhões de famílias. A intenção é que o beneficiário apresente o cartão do programa social no ato da compra e obtenha o desconto de R\$ 10 diretamente dos revendedores de gás.

O problema do governo é como controlar o pagamento para evitar fraudes. Estão sendo feitos estudos para criar mecanismos de fiscalização.

Nos estudos apresentados ao presidente Lula, o custo do subsídio varia de R\$ 500 milhões a R\$ 1 bilhão. Nesse último cenário, todos os beneficiários do Bolsa Família receberiam o subsídio no preço do gás. Se o governo quiser gastar menos, terá que restringir o conceito de baixa renda e deixar de fora uma parte dos inscritos no programa.

O subsídio ao gás já vem sendo discutido pelo presidente há algum tempo. Em reunião no início do mês, a proposta era que a Petrobras reduzisse suas margens de lucro na venda do gás de cozinha. Mas a estatal reagiu e mostrou que o preço cobrado hoje já é mais baixo que o custo do gás no mercado internacional.

Dessa forma, seria impossível que o botijão caísse ainda mais de preço sem que a Petrobras tivesse prejuízos. A Folha apurou que essa alternativa foi descartada, e a discussão concentra-se na concessão do subsídio por parte do Tesouro Nacional.

Contrapartida

A Petrobras quer, na verdade, uma permissão para aumentar o preço do gás usado nos botijões para que fique alinhado às cotações internacionais, assim como é feito hoje com o combustível consumido industrialmente. Dessa forma, os consumidores de classe média e alta pagariam ainda mais pelo gás.

Já as famílias de baixa renda poderiam recorrer ao subsídio em estudo pelo governo. Lula, porém, não pretende levar adiante a ideia da Petrobras de elevar o gás da classe média, porque isso implicaria aumento de preço em ano de eleição de um produto de consumo doméstico.

Mercado Aberto (Folha de SP) 15/12/09

MARIA CRISTINA FRIAS - cristina.frias@uol.com.br

Brasileiras fecham acordo com dinamarquesa

As empresas brasileiras Braskem e Cetrel anunciaram ontem em Copenhague, em evento paralelo à COP-15, parcerias com a dinamarquesa Novozymes para produção de energia limpa e o início de pesquisas para desenvolvimento de polipropileno, ambos a partir da cana-de-açúcar.

As empresas irão partilhar conhecimentos técnicos e científicos com a Novozymes, que é a maior fabricante de enzimas industriais do mundo.

No caso da Cetrel, que é especialista em reaproveitamento de resíduos industriais, a intenção é usar a biotecnologia da companhia nórdica para produzir biogás, que, por sua vez, deverá gerar energia elétrica para indústrias.

"Há um impacto na geração de energia do bagaço, que pode aumentar em 50% o potencial, com custo mais baixo e menor emissão de gases de efeito estufa", segundo Denis Cidreira, diretor da Cetrel.

Com a Braskem, a ideia é desenvolver a partir do etanol uma alternativa verde para produzir polipropileno, plástico utilizado em vários produtos, de recipientes a carros.

"Já há plástico verde, mas estamos desenvolvendo uma tecnologia diferente e mais eficiente do que a que existe", disse Marcelo Lyra, vice-presidente da Braskem.

Em Copenhague, lembrou Marcos Jank, da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), há vários anúncios da Coca-Cola em nova garrafa em plástico "verde". Com a nova tecnologia, o material dessas embalagens poderá vir a ser importado do Brasil, segundo Pedro Luis Fernandes, presidente regional da Novozymes.

Os primeiros resultados devem sair em, no mínimo, cinco anos.

RASTREAMENTO ESTRATÉGICO

A Tracker do Brasil irá relançar no próximo ano o sistema de rastreamento para motos, agora voltado para as de baixa cilindrada, mais visadas nos roubos e furtos. Segundo o vice-presidente da companhia, Diego Insignares, o produto será direcionado aos motoboys, que encontram dificuldade em fazer seguro. Além das motos, os laptops, alvo de furtos principalmente em aeroportos, também poderão ser rastreados a partir de 2010. Paralelamente, a companhia está

exportando a sua metodologia de desenvolvimento de novos produtos para empresas do grupo na América Central e na América do Sul. O planejamento estratégico tem como foco as necessidades do cliente, diz o vice-presidente.

CENÁRIO POSITIVO

Os empresários brasileiros esperam cenário positivo nos próximos três anos, segundo estudo da Deloitte, que será divulgado hoje. A maioria (88%) acredita que o investimento estrangeiro deva subir. O acesso ao crédito crescerá, segundo uma fatia menor dos empresários (66%). "Com a necessidade de investimentos para PAC, pré-sal e eventos esportivos, o país vai viver forte demanda por crédito e capital. Com tudo isso, o custo do crédito deve cair, mas não em proporção tão alta", diz José Paulo Rocha, sócio da Deloitte. A pesquisa abordou 573 empresas.

PARCERIA

Os governadores José Serra e Arnold Schwarzenegger, da Califórnia, se encontram amanhã e poderão estabelecer cooperação entre os dois maiores Estados dos seus países na área de bioenergia, com ênfase no etanol. A Califórnia é um grande mercado para o Brasil pois consome quase 6 bilhões de litros de etanol por ano -10% do consumo de gasolina do Estado americano. "A COP-15 é revolucionária para nós. Deve produzir um acordo global, mesmo que seja fraco. Vender para a Califórnia já será muito bom, mas a COP deverá provocar aumento de escala", disse Marcos Jank, da Unica. Independentemente da Conferência das Nações Unidas, EUA e Europa já criam legislação rigorosa e o caminho para atendê-la será aumentar o álcool na gasolina, como o Brasil já fez, diz Jank.

HOTELARIA 1

As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste começam a receber apoio do governo para reformar e ampliar o parque hoteleiro com foco na Copa de 2014. No início do mês, a Sudene ampliou de 15 para 20 anos o prazo para pagamento de empréstimos de recursos do Fundo Constitucional do Nordeste para o setor. Sudam e Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste também acabam de ampliar os prazos.

HOTELARIA 2

Na última sexta, em reunião do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, foram aprovados R\$ 364 milhões para a região em 2010. Os recursos serão operacionalizados pelo Banco do Brasil. Para o Nordeste, serão destinados R\$ 520 milhões. O Norte terá R\$ 164 milhões.

FLORESTA

A Amazônia está adaptada para receber 3 milhões de visitantes ao ano e movimentar US\$ 5 bilhões, segundo o Proecotur (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal), desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente. A região possui uma permanência média de turistas de 14 dias. No restante do Brasil, a média é de nove dias. Cada visitante gasta, em média, US\$ 112,86 por dia.

NO PRATO

O consumo de macarrão no Brasil deve crescer neste ano, mas em menor proporção que nos EUA, segundo a Abima (Associação Brasileira das Indústrias de Massas). Com a crise econômica, as vendas de macarrão, alternativa de baixo custo, subiram 12% neste ano no mercado norte-americano.

com JOANA CUNHA e ALESSANDRA KIANEK

O leilão de vento deu certo (Folha de SP) 15/12/09

VINICIUS TORRES FREIRE

Leilão de energia eólica mostra que setor deixa de ser exótico e marginal e que preço de sua eletricidade pode ser viável

A ENERGIA dos ventos deixou ontem de ser um exotismo marginal na produção de eletricidade no Brasil. O governo contratou em leilão projetos de usinas eólicas com capacidade de gerar 1.805 MW, pouco mais de um quarto da potência instalada de uma usina do rio Madeira, em Rondônia. A energia estará disponível a partir de 2012. Hoje, todas as usinas de eletricidade movidas a vento no país são capazes de produzir cerca de 600 MW.

Para começar pelas boas notícias, o preço médio da energia do leilão foi muito competitivo, R\$ 148,39 por MWh. O governo havia fixado um teto de R\$ 189 por MWh (megawatt-hora). No mercado, que sempre chora, dizia-se que alguns projetos seriam capazes de se sujeitar ao limite de preço do governo, mas que não haveria propostas próximas de R\$ 140 por MWh. Mas houve até propostas entre R\$ 130 e R\$ 140, embora algumas empresas gigantes, como a portuguesa EDP, tenham desistido do leilão (a EDP tem um parque eólico de 2.500 MW nos EUA). O teto do preço para o leilão "normal" de energia elétrica marcado para este mês era de R\$ 144 MWh (o leilão foi cancelado, pois a oferta majoritária era de energia "suja" e, porque, por ora, sobra energia devido à crise).

A energia eólica ainda é tida como cara. Tanto que a associação do setor, Abeeólica, insiste em que a energia dos ventos seja leiloadada apenas em certames "especiais", sem concorrer com outras fontes. Mas, pelo leilão de ontem, talvez a energia eólica não precise tanto de disputas "café com leite". "Talvez", ressalte-se.

Apesar de racional e simpático, no médio e longo prazos, a adesão aos ventos tem problemas. Há grande potencial de energia eólica em locais remotos do Nordeste, isolados das redes de transmissão. Custa caro fazer rede de transmissão. Faltam coisas simples como boas estradas. Sim, é preciso transportar pás de 30 metros e torres de 90 metros dos geradores, que demandam carretas e guindastes especiais. Faltam engenheiros e técnicos especializados.

Investidores estrangeiros que ontem acompanhavam o leilão observam ainda que se sentiriam mais seguros em investir no país (em parques eólicos e fábricas de equipamentos) se houvesse uma espécie de "programa de metas" para o setor, infraestrutura melhor e leis mais claras (no caso, incentivos fiscais garantidos por mais tempo, pelo que se pôde depreender das conversas).

Na sexta-feira passada, o setor se irritou com a decisão do Confaz que prorrogou apenas até o final de janeiro de 2010 a isenção de ICMS para equipamentos de energia eólica e solar, desconto que já dura 12 anos. Mas na quarta-feira da semana passada o governo federal desonerou os aerogeradores do IPI.

Há ainda gente no governo de má vontade com o projeto de eólicas, pois a produção de energia pelos ventos é instável e não pode ser estocada. Mas as novas hidrelétricas do país também padecem desse defeito. São usinas de "fio d'água" (que, grosso modo, geram energia na proporção da vazão do rio, não podendo estocar a água para tempos mais secos). Mas o pessoal da EPE, estatal de pesquisa e planejamento energético, argumenta que, no caso brasileiro, as eólicas têm um papel complementar importante -venta mais quando chove menos.

vinit@uol.com.br

Leilão de eólicas foi "sucesso absoluto", afirma governo (Folha de SP) 15/12/09

Preço médio oferecido pelos participantes, R\$ 148,39, foi menor do que os mais de R\$ 160 esperados pelo governo

Montante comercializado representa o triplo da capacidade instalada em operação hoje no país; são 71 projetos em 5 Estados

NATÁLIA PAIVA
DA REDAÇÃO

O primeiro leilão exclusivo para energia eólica, organizado ontem pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) para aumentar a segurança do sistema elétrico nacional e reduzir custos, contratou um volume de energia próximo ao esperado pelo mercado, a um preço médio menor do que o esperado pelo governo -que, como comprador, considerou o pregão um "sucesso".

Foi comercializado o equivalente a 1.805 MW instalados, em 71 projetos em Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Sergipe e Rio Grande do Sul. É o triplo da capacidade instalada em operação hoje (602 MW).

O leilão, que se estendeu por quase oito horas, foi bastante competitivo: registrou preço médio de R\$ 148,39 por MWh, deságio de 21,5% sobre o teto inicial (R\$ 189). O montante negociado será em torno de R\$ 19,5 bilhões, por toda a vigência dos contratos -20 anos, a partir de julho de 2012.

"Hoje, podemos dizer que a fonte eólica efetivamente está tendo condições de entrar no mercado brasileiro, a partir do momento em que consegue apresentar preços que competem com a biomassa e outras fontes. Esse leilão é um sucesso absoluto, pela quantidade e pelos preços que tivemos", afirmou o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann.

O diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, disse que esperava que o preço médio ficasse acima de R\$ 160. "Foi surpreendente ver uma usina negociar a R\$ 131/MWh [menor preço]", disse. Os valores comercializados ontem ficam bem abaixo do preço pago atualmente às eólicas (cerca de R\$ 270, nos contratos do Proinfa, programa do governo de fontes renováveis). Nas hidrelétricas, por exemplo, esse valor varia de R\$ 70 a R\$ 100.

Zimmermann disse crer que a energia eólica já pode participar de pregões regulares, por ter alcançado um preço suficientemente competitivo para disputar com outras fontes. E ressaltou que o setor já tem as vantagens de ICMS reduzido (que deve ser prorrogado, em janeiro), de PIS/Cofins suspensos e, desde a semana passada, de IPI zerado para aerogeradores. Segundo Mauricio Tolmasquim, da EPE, o leilão firma a energia a partir do vento como o complemento atraente, do ponto de vista econômico e ambiental, à hídrica.

Em nota, a ABEEólica, associação do setor, disse que o alto deságio "surpreendeu". Para ela, os investimentos que deverão ser realizados para viabilizar a geração da energia eólica comercializada no leilão de ontem serão de R\$ 8 bilhões. Segundo a EPE, esse montante será maior: R\$ 9,4 bilhões.

Entre as empresas vencedoras, a mais bem-sucedida foi a Renova Energia: sozinha, comercializou cerca de 17% do volume médio comprado. A companhia, com foco em energia alternativa, é formada pelo fundo InfraBrasil, administrado pelo Banco Real, e por outros dois empreendedores. "No final, acabaram prevalecendo os projetos mais competitivos, com maior fator de capacidade [o que é de fato gerado, a partir do potencial instalado] e maior escala", diz Vasco Barcellos, presidente da empresa.

Hubner disse que alguns projetos com alto fator de capacidade não conseguiram vender energia, o que aumenta a expectativa para os próximos leilões. "Esperamos que, com a escala, continue esse processo de otimização dos custos, de forma que a eólica venha a ter uma participação crescente na nossa matriz", disse Zimmermann. Hoje, é 0,53% do total.

Exxon compra empresa de gás por US\$ 31 bi (Folha de SP) 15/12/09

DA REDAÇÃO

A ExxonMobil comprou a também norte-americana XTO Energy, de exploração de gás natural, em um negócio avaliado em US\$ 31 bilhões.

Com a aquisição, ela se reposiciona no debate global sobre política energética e também sinaliza que teme um enfraquecimento do poder do petróleo.

A expectativa da empresa petrolífera é que o gás natural sobressaia na concorrência com outros combustíveis, à medida que cresce a pressão global por energias mais limpas.

Ao mesmo tempo, o setor está sofrendo para se expandir, com grande parte das reservas de petróleo nas mãos de governos.

Com agências internacionais

Limitação de fornecedor já atrasa projetos, diz Petrobras (Folha de SP) 15/12/09

Para o presidente da estatal, José Sergio Gabrielli, o principal desafio para o próximo ano será estruturar rede de fornecedores

FÁBIO AMATO

DA AGÊNCIA FOLHA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, disse ontem que o principal desafio da empresa para 2010 é estruturar uma rede de fornecedores que consiga suprir a sua demanda de equipamentos e serviços pelos próximos anos. Entre as iniciativas tomadas para atingir esse objetivo, Gabrielli citou o investimento no treinamento de funcionários dessas fornecedoras. De acordo com ele, já são 207 mil profissionais -de "engenheiros mais especializados até pedreiros"- de outras empresas sendo capacitados pela Petrobras.

"Nosso principal desafio é fazer com que a cadeia de fornecedores continue crescendo e sendo capaz de atender no prazo e no custo adequado o que nós necessitamos para fazer o programa de investimentos que nós temos", disse Gabrielli durante visita a uma refinaria da Petrobras em São José dos Campos (91 km de São Paulo).

Ele disse que a Petrobras já enfrenta problemas, como atraso no desenvolvimento de alguns projetos, devido à limitação, inclusive tecnológica, de fornecedores. Segundo ele, o investimento nos fornecedores é hoje essencial para que a empresa consiga levar os projetos adiante no prazo estabelecido.

"Nós estamos com um programa muito intenso de fortalecimento da cadeia de fornecedores. Esse é um tema extremamente relevante para a velocidade da exploração do petróleo no Brasil. O volume de investimentos que nós temos impacta muitos setores da economia, particularmente aquilo que é voltado para o mar."

Gabrielli informou que a Petrobras deve ainda investir US\$ 4 bilhões (cerca de R\$ 6,9 bilhões) até 2013 para montar uma rede de centros de pesquisa tecnológica voltada para a área de petróleo. De acordo com ele, já existem 80 instituições associadas, entre elas universidades.

A Petrobras, disse ele, também vai realizar concursos públicos para contratar mais funcionários. "Temos um intervalo de dez anos que a empresa não contratou ninguém. Precisamos recuperar esse tempo perdido. Precisamos acelerar as contratações e vamos fazer concursos", disse.

O senador Aloizio Mercadante (PT), que acompanhou a visita à refinaria, disse que a votação do projeto que trata da repartição dos royalties do pré-sal só deve acontecer no primeiro semestre de 2010.

Painel Regional (Folha de SP) 15/12/09

ELIANE SILVA - painelregional@uol.com.br

Sem nepotismo

O ministro do STF Eros Grau manteve a decisão do juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Ribeirão, João Gandini, de que é legal a manutenção de parentes do prefeito ou de vereadores em cargos de confiança, desde que sejam

servidores públicos municipais concursados e exerçam função compatível com a carreira. A decisão do ministro foi provocada por uma reclamação do promotor da Cidadania de Ribeirão, Sebastião Sérgio da Silveira, autor da ação aceita parcialmente por Gandini que provocou a demissão de parentes dos políticos da prefeitura e da Câmara na gestão passada. Luciana Gasparini, filha do ex-prefeito Welson Gasparini, foi poupada por ser concursada.

De confiança. Nesta administração, de acordo com a assessoria da prefeita Dárcy Vera (DEM), Luciana continua ocupando cargo de confiança na Secretaria da Educação. Ela é professora concursada e trabalha como assistente técnica.

Repeteco. Acordos devem garantir reeleições nas Câmaras de três cidades. Em Ribeirão, onde a eleição da Mesa Diretora acontece hoje, Cícero Gomes da Silva (PMDB) deve se reeleger.

Repeteco 2. Em São Carlos, o atual presidente Lineu Navarro (PT) também vai para o segundo mandato. Em Franca, Joaquim Pereira (PSB) já foi reeleito.

Farmácia. O professor Sérgio de Albuquerque, 45, foi indicado para assumir a direção da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão, da USP. O mandato começa em 23 de janeiro e terá duração de quatro anos.

Transporte. Hoje, a São José, concessionária do transporte coletivo urbano de Franca, entrega 30 novos ônibus para operação, todos adaptados para portadores de deficiências.

Histórico. Em agosto, a empresa cortou gratuidade de aposentados e pensionistas, o que gerou uma batalha jurídica com a prefeitura. Em novembro, liminar judicial restituiu a gratuidade.

Energia. O prefeito de São Carlos, Oswaldo Barba, anunciou a liberação de R\$ 21 mi da União para a Cidade da Energia. O dinheiro vai para a duplicação da Guilherme Scatena, vicinal de acesso ao local.

Natal na praça. A Prefeitura de Bocaina anunciou um pacotão de prêmios para a população. No dia de Natal, serão sorteados 60 prêmios de R\$ 250 cada um para os contribuintes que pagaram seus impostos (IPTU e ISS) neste ano.

Conferência do clima é paralisada por países em desenvolvimento (O Estado de SP) 15/12/09

Inconformados com a falta de engajamento dos industrializados, africanos deixam reunião; cresce o risco de fracasso

Andrei Netto e Afra Balazina, ENVIADOS ESPECIAIS, COPENHAGUE

A ausência de propostas concretas por parte de nações industrializadas para a renovação do Protocolo de Kyoto levou ontem representantes de países africanos a paralisar a 15ª Conferência do Clima (COP-15) das Nações Unidas. O novo impasse, também motivado por quebra de confiança na presidência do evento - que convidou 48 ministros para negociar em separado no domingo, alijando mais de uma centena -, tornou mais concreto o risco de fracasso nas negociações, que acabam na sexta. O impasse entre ricos e em desenvolvimento se dá, em parte, pela cobrança por um engajamento dos emergentes, como China e Brasil.

O enfrentamento diplomático aconteceu no início da manhã de ontem. Inconformado com a falta de compromisso dos países industrializados, um grupo de negociadores africanos se retirou da reunião que discutia o texto-base do eventual "Protocolo de Copenhague". A decisão, que bloqueou a negociação, recebeu o apoio formal do G77, o grupo dos países em desenvolvimento, com apoio explícito da China. Bernaditas Muller, representante do G77, justificou a atitude dizendo que os países ricos estão dificultando as negociações sobre adaptação e financiamento. Também criticou o papel dos ministros recém-chegados a Copenhague. "A negociação vem ocorrendo há dois anos e todo esse trabalho pode ser colocado em risco ao ser decidido por quem não o acompanhou de perto", disse.

Em represália à ação do G77, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Japão, Rússia, Ucrânia e Finlândia bloquearam as discussões em outra plenária, sobre a renovação do Protocolo de Kyoto. O impasse só foi desatado no meio da tarde, com a retomada das reuniões sem que um acordo tivesse sido de fato alcançado. "Cada país industrializado ofereceu metas de redução de emissões. A questão agora é saber se essas metas satisfazem os outros países e se esforços equivalentes estão sendo feitos", explicou o secretário-geral da Convenção do Clima (UNFCCC), Yvo de Boer.

Desde o início da conferência, há oito dias, o debate em torno do chamado anexo B do Protocolo de Kyoto, em que seriam explicitadas as metas de redução das emissões de gases-estufa dos países industrializados para o período 2013-

2020, está estagnado. "Esse assunto foi esgotado. Os países chegaram a Copenhague com suas metas na mão e, desde então, nada de novo foi oferecido", disse ao Estado um do negociador sul-americano envolvido no tema. "Ninguém mais tem autoridade para fazer novas propostas até que os chefes de Estado e de governo cheguem. O processo está engessado."

O QUE ESTÁ EM JOGO

Um dos epicentros do problema é provocado pelas ameaças da União Europeia, Japão, Canadá e Austrália de abandonar o Protocolo de Kyoto caso os EUA não sejam signatários de um tratado internacional equivalente. De sua parte, a delegação norte-americana descarta aderir a um acordo que não envolva também a China. Além disso, condiciona sua adesão à transformação das ações voluntárias da China, Índia e Brasil para reduzir o ritmo das emissões em metas. "Uma questão maior para os EUA é que as maiores economias emergentes também assumam compromissos que sejam mensuráveis e verificáveis para limitar o crescimento de suas emissões", confirmou De Boer.

Lula critica empresários que abandonaram a Confecom (O Estado de SP) **15/12/09**

Presidente também condena disputa de rádios comunitárias por políticos

João Domingos, BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi ontem à abertura da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) e fez críticas aos empresários que abandonaram o evento sob o argumento de que era um jogo de cartas marcadas. "Não será enfiando a cabeça na areia como avestruz que resolveremos o problema. Isso vale para todos nós: governo, empresas de comunicação, trabalhadores, movimentos sociais, ouvintes, leitores e internautas. É chegada a hora de uma decisão que resgate os acertos e corrija o passado", disse.

Retiraram-se da conferência a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Brasileira de Internet (Abranet), a Associação Brasileira de TV por Assinatura, a Associação dos Jornais e Revistas do Interior do Brasil e a Associação Nacional dos Editores de Revistas e Associação Nacional de Jornais (ANJ). Para o grupo, a insistência de outros setores em fazer controle social da mídia era uma censura.

Ao contrário da maioria das teses da Confecom, que prega o controle social e público dos meios de comunicação, Lula disse ter "orgulho em dizer que a imprensa no Brasil é livre, apura e deixa de apurar o que quer, divulga e deixa de divulgar o que quer, opina e deixa de opinar quando quer." Destacou que o Estado de Direito só existe por causa dessa liberdade.

Lula criticou o que chamou de "excesso" da imprensa, mas disse que o remédio é a própria liberdade. "Os telespectadores são capazes de separar o joio do trigo. São críticos implacáveis e juizes muito severos. Quem não trabalha com respeito acaba perdendo a credibilidade."

Cobrado sobre as rádios comunitárias - a Confecom tem por bandeira tirá-las da clandestinidade -. Lula não disse o que os ouvintes esperavam. "É preciso evitar o abuso de pessoas que requerem rádios comunitárias e muitas vezes são políticos tradicionais", respondeu.

Por fim, Lula afirmou que a conferência, convocada por ele em abril, ao custo de R\$ 8 milhões, é indispensável. "Nossa legislação na área é muito antiga e não responde às necessidades."

Focus volta a prever PIB negativo (O Estado de SP) 15/12/09

Antes mercado previa alta de 0,21%, agora vê retração de 0,26% em 2009

Fernando Nakagawa, BRASÍLIA

O desempenho pior que o esperado da economia brasileira no terceiro trimestre enterrou as previsões de que o Brasil poderia terminar o ano de 2009 com crescimento. Pesquisa divulgada ontem pelo Banco Central mostra que os analistas do mercado financeiro, que previam expansão de 0,21% para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2009, passaram a estimar retração de 0,26% após os números divulgados na semana passada.

"Era inevitável mudar os números. O PIB do terceiro trimestre veio aquém do esperado e o mercado precisou revisar o cenário para pior", diz o economista-chefe do Banco Schahin, Silvio Campos Neto. Para ele, a economia brasileira deve fechar 2009 com um tamanho 0,1% menor que o de 2008. Até a semana passada, ele previa crescimento de 0,2%.

Assim como Campos Neto, todo o mercado precisou refazer as contas e a previsão para o PIB voltou ao vermelho depois de quase três meses em que prevaleceram as estimativas de que a economia cresceria em 2009. A pesquisa divulgada pelo BC é feita semanalmente junto a profissionais de instituições financeiras e empresas de consultoria.

A análise da evolução do levantamento sobre a expansão deste ano mostra como a pesquisa se comporta por causa das ondas de otimismo e pessimismo. Logo depois da quebra do Lehman Brothers, em 15 de setembro do ano passado, a expectativa era de crescimento de 3,60% .

A partir daí a taxa caiu semana após semana até chegar a 0% em março. O movimento continuou negativo até chegar à retração de 0,78% no final de maio. Depois disso, o movimento se inverteu e voltou a ficar positivo no final de outubro; agora se inverteu novamente.

O mau humor com o PIB de 2009 não contagiou, entretanto, a perspectiva para 2010, que está cada vez mais otimista. A pesquisa divulgada ontem mostra que a estimativa de expansão da atividade no próximo ano aumentou de 5% para 5,03%. A forte reação deve ser liderada pela indústria, segmento que, na avaliação do mercado financeiro, deve ter crescimento de 7% em 2010.

SELIC

Diante do forte crescimento esperado, analistas mantiveram a aposta de que o juro básico da economia deve subir quase dois pontos percentuais no decorrer do próximo ano e, assim, deve fechar dezembro de 2010 em 10,63%. A previsão, idêntica à observada na semana anterior, não foi alterada após a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) realizada na semana passada, que manteve inalterado o patamar atual da Selic, de 8,75% ao ano.

De acordo com as expectativas dos analistas, o aperto monetário deve começar em junho, com uma alta de 0,50 ponto percentual. Em seguida, novos aumentos podem ocorrer em julho, outubro e dezembro do ano que vem. Há, ainda, a previsão de outras altas em janeiro e fevereiro de 2011.

Para a inflação, a estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2010 subiu pela quarta semana seguida e passou de 4,48% para 4,50%, passando a ficar exatamente no centro da meta. Há quatro semanas, a projeção estava em 4,41%. A previsão do mercado para o nível do dólar em relação ao real no fim de 2010 permaneceu em R\$ 1,75 pela oitava semana seguida. Para o fim deste ano, a estimativa foi de R\$ 1,70 para R\$ 1,73.

NÚMEROS

3,60% era a previsão
para o crescimento de 2009 da pesquisa Focus divulgada em setembro de 2008

-0,73%
Era a previsão para o crescimento divulgada em maio

0,00%
Era a previsão para o crescimento divulgada em setembro

-0,26%
É a previsão para o crescimento de 2009 divulgada ontem

Para Armínio, País está mais protegido de bolha financeira (O Estado de SP) 15/12/09

Enxurrada de capital externo, 'é bom problema' ainda que 'tenha de ser administrado', diz ex-presidente do BC

Jacqueline Farid, RIO

O Brasil está mais protegido da formação de bolhas no sistema financeiro do que o mundo em geral, avalia o ex-presidente do Banco Central e sócio da Gávea Investimentos, Armínio Fraga. Em palestra ontem, no Rio, ele brincou

que o que chama de "acordo de Basileia", que exige dos bancos aqui uma capitalização maior do que em outros países, mostrou sua eficiência em meio às recentes turbulências mundiais.

O Acordo de Basileia, que motivou a brincadeira de Fraga, é um conjunto de regras internacionais firmadas por bancos centrais de diversos países. No Brasil, comentou, a exigência de um índice de capitalização dos bancos acima da média mundial ajudou a proteger o País das turbulências, assim como outras regras locais, como responsabilizar dirigentes de instituições financeiras para que respondam com os próprios bens em caso de quebra do banco no qual atuam.

Para ele, a atual liquidez do País, com a enxurrada de capital externo migrando para o Brasil, "é um bom problema" ainda que "tenha de ser administrado". Fraga, que fez palestra em seminário sobre Regulação de Mercados Financeiros na sede da Fundação Getúlio Varga (FGV), explicou que a política de juros "muito expansionista" no mundo acaba trazendo recursos para o Brasil.

O ex-presidente do BC não quis opinar, entretanto, sobre a condução da política monetária no País. Neste ponto, esquivou-se com elogios: "O BC tem atuado com muita transparência, tem uma meta de inflação e vai saber o que fazer".

Para ele, o sistema financeiro no mundo, hoje, é "uma máquina de fazer bolhas e isso precisa ser corrigido", mas, no caso do Brasil, "o nosso sistema é diferente".

Fraga comentou também o maior peso dos governos na economia desde o eclodir da crise mundial. "Penso que estamos caminhando talvez na direção oposta do que se imaginava, voltando a dar mais peso aos estados nacionais e políticas econômicas de cada país".

A blindagem do Brasil em relação aos riscos do sistema financeiro internacional foi destacada também pelo ex-secretário do Tesouro Nacional e atual secretário de Fazenda do governo do Rio, Joaquim Levy.

Para ele, "o governo respondeu com bastante inteligência e velocidade" à chegada da crise ao País. Ele elogiou, por exemplo, a atuação dos bancos públicos em meio às turbulências, ainda que alerte que "temos que prestar atenção no médio prazo nos riscos fiscais que isso pode trazer".

Levy alertou também que os condutores da política econômica brasileira devem estar atentos ao que considera o principal desafio do País, que é "fortalecer a competitividade em relação a terceiros mercados". Além disso, ele acredita que é fundamental aproveitar o que considera uma "tranquilidade atual" para maiores investimentos na educação.

Lula diz ter "certeza" de que a economia crescerá (O Estado de SP) 15/12/09

AGÊNCIA ESTADO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ter "certeza absoluta" de que a economia do Brasil crescerá muito e que a inflação continuará baixa em 2010, com as medidas econômicas anunciadas pela equipe econômica. "Agora, nós estamos numa situação mais confortável. A economia já está crescendo de forma razoável. O que nós anunciamos foram medidas para garantir que a economia cresça muito forte em 2010", afirmou ontem no programa de rádio "Café com o Presidente".

Entre os anúncios, Lula citou os R\$ 80 bilhões de financiamento para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a prorrogação, para 30 de junho, das desonerações que venceriam em dezembro, de todas as linhas, a desoneração para computadores até 2014 e a permissão para que o sistema financeiro privado faça financiamento de longo prazo.

"Essas medidas, elas têm, eu diria, endereço certo: a certeza absoluta que o governo trabalha, que a economia brasileira vai crescer muito em 2010, que a gente vai continuar com a inflação baixa e que o Brasil vai gerar a riqueza que o povo brasileiro tanto espera que o Brasil gere para poder melhorar a vida do povo brasileiro", afirmou.

Lula disse que o País pode esperar que a economia cresça de forma sustentável. E mencionou que o BNDES, em 2004, emprestou R\$ 40 bilhões, e terminará 2009 tendo liberado cerca de R\$ 130 bilhões. "É uma quantia extraordinária." De acordo com o presidente, essa medida significa que a agricultura, a indústria e o comércio crescerão porque haverá mais dinheiro para financiamento e mais crédito para a população.

Lula enalteceu ainda a medida do BNDES de estender a linha de crédito para máquinas e equipamentos (bens de capital) a caminhões e ônibus. O presidente afirmou que o Poder Executivo abrirá essa linha também para as Américas do Sul e Latina e África.

"Para que as nossas indústrias possam ser mais competitivas no mercado internacional. Afinal de contas nós temos muitas máquinas chinesas entrando no mercado, muitas máquinas de outros países e o Brasil tem condições de competir e nós vamos competir", declarou.

Leilão de eólicas movimentou R\$ 19,5 bi (O Estado de SP) 15/12/09

No primeiro evento do gênero no País, foram contratados 1.805 MW

Renée Pereira

Depois de quase oito horas de disputa, o primeiro leilão de energia eólica contratou 1.805 megawatts (ou 783 MW médios) nas Regiões Sul e Nordeste do País. No total, foram comercializados R\$ 19,5 bilhões durante 20 anos.

Embora a quantidade tenha ficado um pouco abaixo da expectativa do mercado, o leilão foi bastante disputado, com deságios entre 19% e 31% - maior até que os das últimas hidrelétricas leiloadas no Brasil (o de Jirau foi de 21,6%).

O preço médio, de R\$ 148,39 o MWh, surpreendeu até os mais otimistas. "Foi um sucesso absoluto", afirmou o secretário do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmerman, frisando que o preço mínimo do leilão ficou em R\$ 131 e o máximo, em R\$ 153,07 o Mwh.

Segundo ele, 71 usinas venderam sua energia em contratos de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2012. O maior vencedor do leilão foi o Estado do Rio Grande do Norte, que vai abrigar empreendimentos de 657 MW de potência instalada.

Em seguida, ficou o Ceará, com 542 MW; Bahia, 390 MW; Rio Grande do Sul, 186 MW; e Sergipe, 30 MW. Essa concentração deve ser primordial para definir onde as fábricas de aerogeradores serão instaladas.

Zimmerman destacou que a maioria dos empreendedores é privado. Uma das maiores vencedoras foi a empresa Renova, que tem participação do Fundo InfraBrasil, administrado pelo Banco Real. Só ela vendeu 127 MW médios no leilão. A CPFL vendeu cerca de 76 MW médios. As estatais do Grupo Eletrobrás e a Petrobrás também venderam alguns lotes.

Para o leilão de ontem, foram habilitados 339 empreendimentos, com capacidade instalada de 10 mil MW. Mas a maioria dos especialistas do setor já esperava que a contratação fosse menor. Em entrevista ao Estado, o presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (AbeEólica), Lauro Fiuza, afirmou que, se fossem contratados entre 2 mil e 2,5 mil MW de energia, seria um sucesso estrondoso. A venda no leilão ficou um pouco abaixo das suas estimativas, mas deve significar investimentos de R\$ 9 bilhões.

A disputa começou às 10h30 e terminou por volta de 18 horas. O leilão ocorreu em três fases - com a primeira levando mais de sete horas, com 75 rodadas. As duas outras etapas terminaram em minutos. Segundo presidente do conselho de administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Antônio Carlos Machado, o leilão transcorreu sem transtornos. Oito usinas participaram por meio de liminar, mas nenhuma venceu.

Com o resultado de ontem, a energia eólica triplica sua participação na matriz energética nacional, de 602 MW para 2.407 MW. "Os preços do leilão demonstraram que o País tem excelentes oportunidades para explorar nessa área. Temos vocação para trabalhar com fontes renováveis", afirmou Zimmerman. Ele, no entanto, preferiu não comentar se o País terá ou não uma política só para eólicas.

Para ele, o próprio resultado do leilão é a sinalização que tanto os fabricantes queriam para instalar suas unidades no País. "Recentemente estivemos nos Estados Unidos e verificamos preços de energia eólica entre US\$ 50 e US\$ 80. O leilão apresentou números muito semelhantes, com a vantagem de que no Brasil os parques são muito melhores do ponto de vista de eficiência."

Para o diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner, o preço de ontem permitirá que os empreendimentos de eólica possam participar de leilões com outras fontes de energia, como a biomassa.

Aneel quer compensar consumidor em apagões (O Estado de SP) 15/12/09

Em vez de punir distribuidoras, agência estuda fazer com que conta de luz fique mais barata

Leonardo Goy, BRASÍLIA

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) quer que os consumidores paguem menos na conta de luz quando a distribuidora que o atende estourar os limites toleráveis de interrupção no fornecimento de energia. A diretoria da Aneel discutirá hoje uma mudança nas regras atuais, no que se refere a punições às distribuidoras para o caso de apagões. Se aprovada, a medida entrará em vigor em 1º de janeiro de 2010.

Hoje, as empresas precisam atingir metas mensais, trimestrais e anuais mínimas de redução da frequência e da duração com que ocorrem os apagões - desempenhos medidos pelos índices FEC e DEC, respectivamente.

Quando não atingem essas metas, as empresas são multadas pela agência e o dinheiro é revertido para programas como o de universalização do serviço de energia elétrica, ou mesmo para o superávit primário do governo.

Agora a agência propõe fazer com que as empresas que não atingirem as metas de desempenho tenham seus reajustes anuais de tarifas reduzidos, fazendo com que o consumidor prejudicado com os blecautes pague menos pelo fornecimento de energia. Para a Aneel, além de punir a empresas, seria uma forma de compensar diretamente o consumidor.

A agência informa que já analisa essa mudança desde antes do apagão, que atingiu 18 Estados do País, no dia 10 de novembro, e dos seguidos blecautes ocorridos na área de concessão da Light, no Rio de Janeiro.

Ainda ontem, A Fundação Procon-SP notificou as 14 concessionárias de energia que atuam no Estado de São Paulo para prestarem esclarecimentos sobre o atendimento dado aos consumidores afetados pelo apagão de 10 de novembro. Os grupos que detêm as concessionárias terão de fornecer à entidade, sem prazo definido, informações sobre o plano de ação executado para o atendimento aos consumidores prejudicados pelo blecaute.

Apenas nos 6 primeiros dias após o apagão, de acordo com o Procon-SP, cerca de 19 mil usuários registraram queixas sobre eletrodomésticos ou eletroeletrônicos danificados.

TARIFAS ERRADAS

Ainda não há previsão a respeito de quando a diretoria da agência vai votar a proposta de alteração dos contratos com as distribuidoras para corrigir, daqui para a frente, uma distorção que fez com que, de 2002 para cá, os consumidores pagassem cerca de R\$ 1 bilhão por ano a mais nas contas, segundo cálculo do Tribunal de Contas da União (TCU).

A proposta de alteração, mesmo depois de aprovada pela Aneel, terá de ser negociada com cada uma das 64 concessionárias do Brasil. Com a mudança, os ganhos que as empresas obtêm com a expansão do mercado, que hoje não entram no cálculo, passarão a ser considerado nos reajustes. A ideia é que esses ganhos sejam repassados aos consumidores na forma de redução dos consumidores.

Justiça dá ao governo posse da rede óptica da Eletronet (O Estado de SP) 15/12/09

Decisão facilita o caminho para a criação de uma empresa estatal de banda larga

Renato Cruz e Gerusa Marques, SÃO PAULO e BRASÍLIA

A Justiça Estadual do Rio de Janeiro deu ao governo o direito de utilizar as fibras ópticas da rede da Eletronet, empresa de comunicação de dados que se encontra em processo de falência, e que tem a Eletrobrás como acionista. O desembargador Sidney Hartung concedeu a liminar à União, com mandado de imissão de posse, na sexta-feira.

Segundo uma fonte do governo, a decisão abrange as fibras ópticas apagadas (que não estão em uso pela Eletronet), e tem efeito imediato, a partir do momento em que o síndico da massa falida for comunicado oficialmente pela Justiça. Essa decisão é considerada um passo importante na definição do Plano Nacional de Banda Larga. Na última reunião interministerial, no mês passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mostrou irritação ao ser informado de que o caso Eletronet ainda não estava resolvido.

Para que essas fibras sejam colocadas em funcionamento, o governo precisa investir em equipamentos de rede. Os técnicos que elaboram o Plano Nacional de Banda Larga têm a informação de que a Eletronet usa somente dois pares de fibra, sendo que, dependendo do trecho, a rede tem pelo menos 16 pares. A rede da Eletronet tem 16 mil quilômetros de extensão, e está presente em 18 Estados brasileiros.

Estava marcada para ontem uma grande reunião entre o presidente Lula e os ministros envolvidos no projeto do Plano Nacional de Banda Larga, que não aconteceu. Lula deu prazo até meados de janeiro para que o grupo de técnicos apresente os estudos de quanto custará levar a internet em alta velocidade até o consumidor final. Hoje haveria uma grande reunião entre o presidente e os ministros envolvidos no projeto. O encontro foi adiado porque os estudos ainda não foram concluídos.

Lula foi atualizado do andamento dos estudos em rápida reunião com o coordenador dos Programas de Inclusão Digital do governo, Cezar Alvarez, e com a secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Guerra. Segundo fontes do Planalto, o presidente pediu agilidade na conclusão dos estudos.

O governo pretende criar uma estatal de banda larga, usando as fibras ópticas das estatais, como a Petrobrás, a Eletrobrás e a Eletronet. No mês passado, os técnicos apresentaram ao presidente um plano que não previa o atendimento direto ao consumidor. Lula decidiu que o projeto deveria incluir essa possibilidade, e solicitou o levantamento de custos. Existem pontos polêmicos que ainda precisam ser decididos, como a participação da iniciativa privada e a volta da Telebrás, que pode se tornar a responsável por administrar a infraestrutura estatal.

Segundo uma fonte do governo, essa decisão permite que o síndico da massa falida da Eletronet coloque à venda os ativos da companhia para pagar funcionários e credores. As fibras ópticas usadas pela Eletronet não pertencem à empresa, mas são objeto de um contrato de cessão de direito de uso das empresas de energia elétrica com a companhia.

A Eletronet era uma associação entre a americana AES (que tinha 51% da empresa) e a Eletrobrás (responsável pelo restante). Depois de entrar em processo de falência, a participação da AES foi vendida para o empresário Nelson dos Santos, que não desembolsou praticamente nada, em troca de assumir as dívidas da operadora. Santos foi o responsável por negociar as dívidas da AES, referentes às empresas de energia que comprou no Brasil, com o BNDES.

Os principais credoras da Eletronet são os fornecedores de sistemas de telecomunicações Furukawa e Alcatel-Lucent, que acabaram ficando sem receber uma dívida que já ultrapassa R\$ 600 milhões. Recentemente, credores e acionistas chegaram a negociar com empresas privadas, como a Oi, mas essas conversas foram paralisadas depois de o governo anunciar seu interesse em usar a rede da Eletronet no Plano Nacional de Banda Larga.

Segundo uma fonte do mercado, a decisão de segunda instância, que dá posse das fibras ópticas ao governo, reforça a tese de que o governo é responsável pela Eletronet, e que, por isso, deveria assumir a dívida. O governo chegou a fazer um depósito judicial de R\$ 300 milhões no processo de falência, para garantir a retomada da infraestrutura. Em 2007, os credores tentaram negociar a venda da Eletronet com a estatal Serpro, que pagaria cerca de R\$ 210 milhões, mas as conversas não foram em frente.

As empresas privadas concordam com o uso das redes ópticas que o governo possui, mas se opõe à criação de uma estatal de banda larga, principalmente uma que atenda ao cliente final. Uma das ideias do governo é que essa empresa atenda a localidades onde a iniciativa privada não tenha interesse.

Conjuntura: Ministro defende política fiscal e diz que o Brasil terá as melhores contas públicas do G-20 em 2009

País fez 'proeza' em ano de crise, diz Mantega (Valor Econômico) 15/12/09

Claudia Safatle e Arnaldo Galvão, de Brasília

Guido Mantega, ministro da Fazenda: "Concordo que precisamos desonerar a folha de pagamento das empresas e já falei isso. O problema é que custa caro"

Perguntado sobre a política fiscal, considerada por muitos economistas como um dos aspectos vulneráveis da política econômica do governo Lula, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, traz pronta a resposta: "É um atentado à racionalidade dizer que as nossas contas não são sólidas".

Munido de tabelas, gráficos e autoconfiança, o ministro mostrou o que considera seu maior trunfo: em um ano atípico como 2009, de forte crise, o Brasil terá as melhores contas públicas entre os países do G-20 (China, Índia, Rússia, EUA e União Europeia, entre outros). "Foi uma proeza", disse. A rigor, os dados que a assessoria do ministro preparou

indicam que o melhor resultado é o da Arábia Saudita, que terá superávit nominal de 4,2% do PIB. Mas, por razões óbvias, a Arábia Saudita é um ponto fora da curva e, portanto, não conta.

O déficit nominal consolidado do setor público brasileiro, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), encerrará o exercício em 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Para 2010, o fundo projeta que ele cairá 1,3% do PIB, mostrou o ministro. O governo cumprirá superávit primário, este ano, de 2,5% do PIB e, para o ano que vem, a meta voltará a ser de 3,3% do PIB, garantiu.

"E só teremos este déficit nominal porque nossa taxa de juros é muito maior que a dos outros países. O custo dos juros no México, por exemplo, é de 2% do PIB. Nós gastamos 5% do PIB. Se gastássemos o que o México gasta com o pagamento de juros, estaríamos com superávit nominal em pleno ano de crise!", lamentou.

Em entrevista ao Valor, Mantega reconheceu que as despesas com salários do funcionalismo público tiveram aumento substancial. "De fato, o gasto com pessoal subiu, mas ele tem um ciclo político como em qualquer outro governo. Se o próximo governo quiser dar uma segurada no início, faz o ciclo normal, porque os salários estão muito bons", sugeriu.

A seguir, a íntegra da entrevista:

Valor: O que sustenta a retomada do crescimento?

Guido Mantega: Tivemos um ciclo econômico de 2003 a 2008, cuja média de crescimento do PIB foi de 4,2%. Isso é bem superior à média anterior, de 1,7%, de 1998 a 2002. Agora estamos em outro patamar. Nós vamos começar um novo ciclo consolidando um avanço. Há uma mudança qualitativa.

Valor: Mas, é um crescimento sustentado principalmente pelo consumo?

Mantega: Em primeiro lugar, sim, vem o consumo. Neste momento, ele é fundamental, porque não temos mercado no mundo. Só podemos iniciar um novo ciclo de crescimento, porque temos um mercado interno forte, que se deve ao crescimento da massa salarial que, neste ano, cresceu bastante. A previsão é de um aumento de 4% em 2009 e de 6% em 2010. Isso engrossa o consumo, além da classe média que está se expandindo. Também temos mais crédito, transferências de renda e o aumento do salário mínimo. O mercado consumidor no país está crescendo a 5% ou 5,5%, o que é muito forte. Portanto, o primeiro vetor desse ciclo é o mercado interno em expansão, com um crescimento que gera emprego.

Valor: E os investimentos?

Mantega: O aumento do investimento é o segundo vetor. A formação bruta de capital fixo vai subir muito. Antes da crise de 2008, o investimento estava crescendo mais que o consumo das famílias, o que é muito bom. Depois, ele se retraiu por causa da crise, o que é normal. Agora, já se recuperou. No terceiro trimestre, o crescimento foi de 6,5% sobre o período anterior. No meu cálculo, o investimento vai crescer 15% em 2010, chegando a 18% do PIB. Até 2014, deve chegar a 23% do PIB. Há uma mudança na composição da poupança.

Valor: Como?

Mantega: Vamos ter esse período de vacas magras no mercado internacional. Vamos aumentar as importações e usar poupança externa. Teremos um déficit em transações correntes, que será coberto por poupança externa. Quando o mercado internacional voltar a crescer, voltaremos a produzir um superávit comercial maior.

Valor: A balança comercial em 2010 já será deficitária?

Mantega: Devemos ter saldo positivo no ano que vem, mas menor que o de 2009.

Valor: Fala-se em 3% do PIB de déficit em conta corrente em 2010. Há risco de a trajetória do déficit ser explosiva?

Mantega: Não, 3% é muito. E não há risco, porque vai haver uma retomada do comércio internacional lá para 2012, com a recuperação da economia mundial. Aí, teremos condições de fazer um saldo comercial melhor.

Valor: Além do consumo e dos investimentos, o sr. citaria outros fatores?

Mantega: Temos um grande programa de investimentos, expansão do mercado de capitais e oferta crescente de crédito. Quando digo que estamos em outro patamar, é porque o volume de negócios é muito maior e há grandes projetos de

investimento. Há quantos anos não temos algo como o projeto do trem de alta velocidade? Hoje são vários projetos dessa magnitude em curso.

Valor: Somando os investimentos para o pré-sal, Copa do Mundo, Jogos Olímpicos, quanto o sr. imagina?

Mantega: A Copa do Mundo de 2014 pode demandar uns R\$ 20 bilhões de investimentos. O trem de alta velocidade, ligando Rio e São Paulo, terá R\$ 40 bilhões. Nos Jogos Olímpicos, o governo vai gastar R\$ 16 bilhões, mas o total, contando o setor privado, pode chegar a R\$ 30 bilhões. O Minha Casa, Minha Vida terá R\$ 60 bilhões no total. No pré-sal, somente a Petrobras tem investimentos de US\$ 200 bilhões (cerca de R\$ 350 bilhões) entre 2009 e 2013. É um grande programa de investimentos. Tirando a China, temos o maior programa de investimentos do mundo. Ele está puxando a economia, e o PIB do terceiro trimestre teve aumento de 6,5% na formação bruta de capital fixo.

Valor: A expansão do crédito ainda será sustentada por bancos públicos?

Mantega: Não. Agora será também pelo setor privado, que vai entrar com tudo. Está sobrando caixa nos grandes bancos privados. A competição é uma realidade, e ocorreu pela pressão dos bancos públicos. Acabamos de criar uma espécie de debêntures para os bancos privados captarem e emprestem no longo prazo. No próximo ano, a expansão do crédito será de uns 25%.

Valor: E o mercado de capitais?

Mantega: Nosso mercado de capitais é um dos mais exuberantes do mundo, mas com racionalidade. É exuberância racional. Temos empresas sólidas, porque elas têm mercado, rentabilidade e vêm investindo. A nossa bolsa tem se valorizado, mas as nossas "blue chips" são invejáveis. A Petrobras é a petrolífera com maior rentabilidade sobre o patrimônio do mundo. A Vale tem uma das maiores rentabilidades entre as mineradoras. E temos grandes e sólidos bancos. Temos consistência. Essa é a diferença.

Valor: Este mercado não ainda é muito pequeno para o tamanho do financiamento que o setor privado precisa? E o IOF não prejudica seu desenvolvimento?

Mantega: É pequeno, mas cresce de forma assustadora. Nossa regulação é uma das melhores do mundo. Quase não temos operação de balcão. Aqui, o Banco Central mandou que as operações de derivativos sejam registradas. Vamos retomar os IPOs (emissões primárias de ações). O mercado de capitais é um dos pilares do desenvolvimento. Se não tivéssemos criado o IOF sobre a entrada de capital especulativo, a bolsa poderia ter sofrido uma bolha. O fluxo de capital estava muito forte e não era só investimento direto. Queremos que continue entrando dinheiro, mas sem exageros e bolhas.

Valor: O sr. avalia que o IOF foi bem-sucedido nos seus objetivos ou o governo está olhando para outras medidas?

Mantega: O IOF combinado com a tendência de valorização do dólar no mercado internacional, e com o déficit em conta corrente que vamos ter, vai levar a taxa de câmbio para um patamar satisfatório. Outras medidas serão tomadas. Não tenho patamar de câmbio ideal. Quando citei a cotação de R\$ 2,60 para o dólar, comentava que, se isso fosse assim, seríamos imbatíveis. Não acho que vá a R\$ 2,60, nem precisamos disso. Estancamos a sobrevalorização do real e a tendência é o câmbio melhorar.

Valor: Então a preocupação com valorização do real está resolvida?

Mantega: Estou relativamente tranquilo com a questão cambial, porque estancamos a sobrevalorização. Estabilizamos o câmbio há 50 dias, quando a cotação do dólar estava a R\$ 1,70. Hoje, está em R\$ 1,77. Com o IOF evitamos uma bolha no mercado de ações e no câmbio. Sem ele, o dólar fatalmente chegaria a R\$ 1,50. Temos alguma volatilidade recente, por causa de problemas em Dubai e na Grécia, mas é algo que pode acontecer. O mundo ainda não sarou. Além disso, os Estados Unidos farão, inevitavelmente, alguma valorização da moeda, subindo aquela taxa de juros de 0,25% ao ano.

Valor: Há quem diga que o aumento dos juros nos EUA só deverá ocorrer no fim de 2010...

Mantega: Não acredito. O governo americano deu excesso de liquidez ao mercado, mas ela não foi para a produção. Está empoçada. Talvez eles possam operar com uma taxa de juros de 1%. Trabalhar com 0,25% desmoraliza o mercado. Essa taxa supernegativa é ruim. Com 1% eles darão estímulo monetário à economia, e isso valoriza o dólar, ajudando todo o mundo a se equilibrar. Um terceiro fator é que temos um aumento no déficit em transações correntes. A economia mundial não se recuperou e nós estamos crescendo mais rapidamente que o resto do mundo. Nesse quadro, as importações crescerão mais que as exportações, o que levará a esse aumento do déficit em transações correntes. Teremos um movimento de desvalorização do real, o que vai ajudar a melhorar a situação dos exportadores.

Valor: Fala-se que o Brasil está na moda. Moda é algo passageiro, que muda conforme a estação. O Brasil é apenas moda?

Mantega: Não. Somos um modelo clássico de grande atratividade. O Brasil é uma das poucas economias que terá crescimento acelerado, com as contas fiscais mais equilibradas que as dos outros países. Temos o governo estimulando os investimentos. O BNDES terá mais R\$ 80 bilhões para 2010. Quero ver a estátua que vão fazer lá. O Brasil não é moda passageira, porque tem economia sólida, tem mercado interno em expansão, tem grande programa de investimentos, tem legislação transparente, estabilidade jurídica muito maior que China e Índia e não temos grandes barreiras ao capital.

Valor: Há economistas preocupados com a situação fiscal, com o forte aumento do gasto permanente e com o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos. O sr. vê motivos para preocupação?

Mantega: Até os mais empedernidos ortodoxos dizem que não há problema em ter déficit em conta corrente. Ele é bom se for canalizado para o investimento.

Valor: E o grande o temor com a questão fiscal?

Mantega: É muito estranho as pessoas pegarem um ano atípico, de crise, e projetarem este ano como se fosse para sempre. É claro que algumas despesas subiram. Como estamos num ciclo virtuoso, a arrecadação também será sempre maior. Há algum país fazendo 2,5% do PIB de superávit primário em 2009? Nós vamos realizar isso. Se não fizermos, o presidente sofre processos. Somos obrigados a cumprir essa meta. A arrecadação já voltou ao padrão normal que tinha sido projetado. Em novembro, tirando todos os extras, a arrecadação será bem maior que a de novembro de 2008.

Valor: Em 2010 volta a meta de superávit primário de 3,3% do PIB?

Mantega: Volta. O FMI prevê que o Brasil terá déficit nominal de 3,2% do PIB em 2009. Em 2010, ele vai cair para 1,3% do PIB. É, portanto, o menor déficit primário entre os países do G-20, excluindo a Arábia Saudita (cujo superávit corresponde a 4,2% do PIB).

Valor: Superávit de 4% do PIB é coisa do passado?

Mantega: Não é coisa do passado, porque os 3,3% de superávit para 2010 significam quase a mesma coisa que os 4% do PIB do passado. Quando começamos com a meta de 4,25%, o IBGE introduziu um novo método de cálculo do PIB e fez com que aquele superávit virasse 3,8%. Além disso, temos o fundo soberano, que não gastamos e que deve corresponder a 0,7% do PIB.

Valor: O sr., então, não vê fundamento nas críticas à política fiscal, à maneira como o governo Lula aumentou o gasto corrente?

Mantega: As despesas da administração pública subiram 0,5% no terceiro trimestre, enquanto o PIB aumentou 1,3%. Os gastos, portanto, cresceram muito menos que o produto. No segundo trimestre, os gastos caíram em relação ao primeiro trimestre. Nossa arrecadação caiu, porque fizemos várias desonerações e todos os liberais são favoráveis a isso.

Valor: Reduzir os tributos sobre a folha de pagamento não teria sido mais benéfico para todos?

Mantega: Não seria uma boa política. Concordo que precisamos desonerar a folha de pagamento das empresas e já falei isso. O problema é que custa caro. Num ano de crise como este, a desoneração precisa ter foco. A redução dos tributos sobre a folha teria de ser gradual. Baixar três ou quatro pontos percentuais, em 2009, não faria diferença para muitos setores e não elevaria o consumo, que era a prioridade. Esse foi o erro que o governo americano cometeu.

Valor: Por que?

Mantega: Eles deram dinheiro para o setor financeiro e não estimularam o consumo. Nos EUA, os incentivos à compra de carros só duraram dois meses e foram de apenas US\$ 2 bilhões. Eles erraram.

Valor: O projeto de desoneração da folha, portanto, está engavetado?

Mantega: Eu diria que temos de desonerar a folha e teria feito isso se não tivesse perdido a CPMF. No fim de 2008, estava me preparando para desonerar a folha no âmbito da reforma tributária, mas veio a crise e tivemos de mudar a estratégia. Tivemos de olhar mais para os setores que dão mais estímulos ao mercado e ao consumo.

Valor: Como o sr. vai entregar a economia para o próximo governo?

Mantega: Entrego com os melhores fundamentos macroeconômicos do G-20. É pouca coisa? Teremos o menor déficit nominal. E só temos ele, porque nossa taxa de juros é muito maior que a dos outros países. O custo financeiro do México nem se compara. Eles gastam 2% do PIB com juros. Nós gastamos 5%. Se gastássemos o que o México gasta, estaríamos com superávit nominal em pleno ano de crise. No ano que vem, a economia cresce 5% e a arrecadação volta ao normal. O Brasil é um dos países que menos perdeu arrecadação.

Valor: E o desafio de aumentar a proporção dos investimentos em relação ao PIB?

Mantega: Isso ocorreu nos três anos antes da crise. De janeiro a setembro, o investimento total está em 16,6% do PIB. O investimento público não vai crescer muito. O do governo federal vai chegar a 1,2% do PIB. Com a Petrobras, isso fica perto dos 3%. Não vai aumentar muito e não precisa. Temos o mercado de capitais que, no passado, era medíocre. O setor privado está mais robusto e as empresas chegaram à maioria. Algumas são multinacionais. Nossos bancos são fortes. Há liquidez dos ativos brasileiros. Por isso estamos em outro patamar. A população está cada vez mais incluída no mercado. Com tudo isso, ainda temos contas públicas sólidas. Os dois maiores gastos são os da Previdência e os de pessoal. Na Previdência, a despesa baixou de 1,8% do PIB para 1,3%. O emprego formal está crescendo.

Valor: O sr. avalia que no futuro terá que haver mudança na Previdência, como a elevação da idade mínima para requerer aposentadoria?

Mantega: Vai ter de fazer, mas não teremos problemas nos próximos dez anos. O déficit da Previdência diminuiu.

Valor: O sr. não acha que os aumentos salariais no setor público foram muito grandes?

Mantega: De fato, o gasto com pessoal subiu, mas ele tem um ciclo político como em qualquer outro governo. Em 2002, a folha de pessoal representava 5% do PIB. Agora, com todos os aumentos que foram dados, está em 5% do PIB. Se o próximo governo quiser dar uma segurada no início, faz o ciclo normal, porque os salários estão muito bons. Não houve descontrole no gasto e passamos por um ano de crise fazendo superávit primário. É uma proeza. Já imaginou, em plena crise, o Brasil ter contas em estado melhor que a de todos os países do G-20, como China, Índia, Rússia, Estados Unidos e União Europeia? Ainda tem gente que fala que o desempenho fiscal não está bom. É um atentado à racionalidade dizer que as nossas contas não são sólidas.

Valor: O sr. considera a política fiscal bem-sucedida?

Mantega: Quando cheguei ao Ministério da Fazenda, em 2006, diziam que seria gastador. Fiz a melhor série de superávits primários. Em 2008, fizemos o melhor resultado fiscal da história e não gastamos o fundo soberano na crise. Temos todas as credenciais. É uma boa política fiscal, porque conseguimos combinar as coisas. Fazemos o que temos de fazer e diminuímos a dívida pública. E tudo isso com juros desfavoráveis.

Rede de fibras ópticas da Eletronet já pode ser usada em plano de banda larga (Valor Econômico) 15/12/09

Danilo Fariello, de Brasília

Luís Inácio Adams: "Houve uma inércia insustentável da juíza"

A Advocacia Geral da União (AGU) conseguiu liberar na Justiça do Rio, sexta-feira, a rede de cabos da Eletronet, que é de uso fundamental na formulação do Plano Nacional de Banda Larga. A Eletronet possui uma rede de fibra óptica de 16 mil quilômetros, que perfazem cerca de 80% do volume total de cabos que o governo quer usar como infraestrutura para expandir a internet rápida pelo país.

Em agosto, uma decisão do Tribunal de Justiça carioca concedeu um agravo de instrumento que devolvia às empresas do setor elétrico os cabos que haviam sido concedidos à Eletronet, que foi à falência. No entanto, até a semana passada, a juíza Ellen Garcia Mesquita Lobato, da 5ª Vara Empresarial do TJ do Rio ainda não havia formalizado a decisão e a infraestrutura continuava em posse da massa falida.

A AGU, de início, resolveu dialogar com a juíza, mas, não tendo conseguido fazê-la cumprir a decisão, apelou a uma reclamação ao desembargador vice-presidente do TJ carioca, Sidney Hartung, que concedeu a liminar à União, que representava a Furnas Centrais Elétricas na disputa.

Pela liminar obtida, Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul, assumiram a posse dos cabos antes concedidos pela União à Eletronet. Para a União, essa rede de fibra óptica - que corre dentro dos cabos que funcionam como para-raio das linhas de transmissão de energia elétrica e passa por 18 Estados - voltou à posse das empresas porque, com a falência, automaticamente foi rescindida a concessão.

Há pouco mais de um mês no cargo, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, foi ao Rio na semana passada para tentar acelerar o processo. Além do pedido de liminar, ele apresentou uma reclamação formal contra a juíza citando que "a situação de prejuízo se intensifica na medida em que impede a consecução de importante política pública, de interesse nacional, consistente no Plano Nacional de Banda Larga". Segundo Adams, foi exposta reclamação de postergação da decisão ao desembargador, que a acatou.

"Houve uma inércia insustentável da juíza", disse Adams ao Valor. Ele acrescenta que a Advocacia Geral da União fará o que for necessário para manter a rede da Eletronet liberada para o governo.

Ontem, porém, foi cancelada a reapresentação do Plano Nacional de Banda Larga ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Há três semanas, o Ministério do Planejamento apresentou sua proposta de expansão da rede de banda larga no país, usando a estrutura de cabos da Eletronet e outras empresas estatais para ressuscitar a Telebrás e fazendo parcerias com as empresas privadas para o fornecimento do acesso ao usuário. O presidente, porém, solicitou um novo estudo que considerasse o governo ou empresas estatais como as únicas envolvidas no projeto, tocando a infraestrutura e a oferta até o usuário final. Esse estudo, porém, ainda precisa de ajustes finais do ministério.

Com a viagem do presidente Lula a Copenhague hoje, a decisão final sobre o custo e o modelo do plano nacional da banda larga deverá ficar para o fim do mês ou mesmo para o início de 2010. O projeto vem sendo coordenado pelo assessor da Presidência, Cezar Alvarez.

Energia: Preço ficou em R\$ 148 o MWh e os investimentos são estimados entre R\$ 7 bi e R\$ 9 bi

Leilão de eólicas tem deságio de 21% (Valor Econômico) 15/12/09

Josette Goulart, de São Paulo

O Brasil vai receber nos próximos três anos investimentos entre R\$ 7 bilhões e R\$ 9 bilhões em parques eólicos com capacidade de geração de 1,8 mil megawatts. Esse foi o volume negociado ontem no primeiro leilão de eólica promovido pelo governo federal. Mas apesar dos investimentos expressivos, foi o preço o que mais surpreendeu. Com a média de R\$ 148 o MWh, um deságio de 21% em relação ao preço-teto, o governo sinaliza que não há mais necessidade de se fazer um leilão só para eólicas. "Essa é uma fonte competitiva", disse o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Zimmermann.

O preço ficou próximo até mesmo da energia de projetos termelétricos. De acordo com o diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, isso mostra que também esses projetos terão de ficar mais competitivos ao longo do próximo ano, já que existe a tendência de que todas as fontes de energia possam vir a concorrer em um mesmo leilão.

De acordo com José Carlos de Miranda Faria, da Empresa de Pesquisa Energética, o preço foi competitivo porque o fator de produtividade na geração dos empreendimentos vencedores é muito elevado, na média, 40% - percentual parecido com o que é proposto na usina hidrelétrica de Belo Monte e bem elevado em relação a projetos eólicos em geral. Com esse índice de produtividade, a energia assegurada da disputa ficou em 753 MW médios. Por esse critério, os maiores vencedores foram a Renova Energia, empresa formada por investidores do mercado financeiro, que vendeu 127 MW médios, e a CPFL Energia, com 73 MW médios.

O presidente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Antônio Carlos Fraga Machado, disse participaram 130 empreendedores que cadastraram 217 projetos, com mais de 6 mil MW de capacidade. Os 31 empreendedores vencedores ficaram durante sete horas e meia disputando e garantiram uma receita de R\$ 19,6 bilhões para receber em 20 anos.

O governo entendeu que o leilão foi um sucesso e o sinal que a indústria de equipamentos esperava para investir no país. Um dos incentivos dados para o leilão foi a isenção de IPI, que segundo Zimmermann dá um impacto positivo de 7,5%. A EPE entende que o total de investimentos chegará a R\$ 9,4 bilhões, mas alguns agentes do governo entendem que, pela competitividade, o investimento por MW planejado pelos investidores deve ser menor do que os R\$ 5 milhões, ficando em torno de R\$ 4 milhões.

Servidores: Instituto de previdência de estados e municípios poderá aplicar royalties e outros recebíveis

Fundações dobrarão seus investimentos (Valor Econômico) 15/12/09

Janes Rocha, do Rio

O potencial de investimentos dos fundos de pensão dos estados e municípios no mercado financeiro vai mais que duplicar em 2010, dos atuais R\$ 43 bilhões para estimados R\$ 100 bilhões. Até hoje, estas fundações não podem aplicar a parte de seu patrimônio representada por royalties (como os do petróleo), imóveis e antecipação de receitas da dívida ativa (como ICMS). Uma portaria que o Ministério da Previdência Social (MPS) divulgará no início de 2010 vai mudar isso.

Os administradores dos fundos poderão transformar esses ativos em dinheiro. Por exemplo, poderão emitir títulos lastreados nos recebíveis (securitização), vender esses papéis a outros investidores para captar recursos ou trocá-los por participações em projetos e outros ativos.

A rigor, a portaria vai alterar o registro dos ativos dos chamados regimes previdenciários próprios (RPPS) dos estados e municípios (fundos). Regulamentados no fim dos anos 90, só nos últimos três anos eles saíram do papel para serem adotados por todos os 27 estados mais 1.911 municípios.

Até agora a regulamentação só reconhecia ativos em moeda corrente destes fundos. Por este critério, os estados e municípios detêm aproximadamente R\$ 43 bilhões em ativos, o equivalente a cerca de 10% da indústria de fundos de pensão nacional pública e privada.

Delúbio Gomes, diretor do Departamento dos Regimes Próprios da Previdência Social da Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPS) do Ministério, informou ao Valor que, pela nova portaria, os valores dos demais ativos deverão ser informados nos demonstrativos financeiros bimestrais.

A mudança terá impacto principalmente no Rio de Janeiro e Paraná. Só a RioPrevidência tem R\$ 48 bilhões em patrimônio, mais que todos os estados e municípios juntos. Mas o Ministério da Previdência só reconhece cerca de 11% do (R\$ 5,7 bilhões) - recursos provenientes das contribuições mensais dos participantes, mais rendimentos de títulos públicos em carteira e outros investimentos.

Há um estoque de R\$ 35 bilhões em direitos de exploração (royalties) de petróleo, a principal receita do Estado do Rio, e que o governo estadual repassou para a carteira do instituto há cerca de oito anos. O repasse foi para garantir ao instituto o caixa para pagamento das aposentadorias dos servidores. Pelas regras atuais da Previdência, este valor não pode ser lançado como recurso para investimentos.

A situação do Paraná é parecida. Dos R\$ 4,8 bilhões em ativos do instituto, pouco mais de R\$ 1 bilhão estão representados por Certificados Financeiros do Tesouro (CFT) lastreados em recebíveis de energia gerada pelas seis hidrelétricas construídas no Estado, a principal delas é Itaipu Binacional.

"Temos que aperfeiçoar o registro", reconhece Delúbio Gomes. Segundo ele, o sistema de previdência de estados e municípios ainda está "sendo construído", daí a necessidade de ajustes.

O reconhecimento dos ativos era uma demanda dos estados, especialmente do Rio de Janeiro. Wilson Risolia Rodrigues, diretor presidente do RioPrevidência, diz que sem esse ajuste o instituto fluminense não consegue se enquadrar às regras da Resolução 3.790 do Conselho Monetário Nacional. Editada em setembro, a resolução estabelece os limites para aplicações financeiras dos fundos de pensão estaduais e municipais, aumentando percentuais aplicáveis em renda fixa e variável.

"A regra está errada, não se faz alocação baseada no caixa, mas na reserva", queixa-se Risolia, explicando que, sem poder usar todos os recursos que compõem a carteira, o RioPrevidência não pode aproveitar todo o potencial de investimentos de que dispõe. O instituto fluminense tem um desembolso anual de R\$ 6 bilhões para pagamento de seus 220 mil aposentados e pensionistas, para os quais conta com receitas da ordem de R\$ 7,9 bilhões, entre contribuições mensais do patrocinador, dos participantes e o rendimento das aplicações correntes. Embora tenha superávit de R\$ 1 bilhão, o caixa não permite alocação do dinheiro em ativos de longo prazo.

Dependendo das condições estabelecidas na nova portaria, diz Risolia, o instituto poderá securitizar os créditos de royalties, revendê-los no mercado, captando recursos para aplicar em projetos, inclusive no exterior. Operações desse tipo dependeriam das condições de mercado, principalmente dos preços do petróleo.

Mario Lobo Filho, diretor de Finanças e Patrimônio da ParanaPrevidência, explica que os papéis das hidrelétricas foram incorporados à carteira do fundo como parte do acordo para renegociação da dívida do Estado. "No bojo da

renegociação, muitos estados anteciparam receitas, aplicando na previdência, como forma de buscar o equilíbrio fiscal". Mas ele explica que não tem gestão sobre essa parte do patrimônio e que o único trabalho do fundo é receber os rendimentos dos papéis. Hoje o rendimento é equivalente a US\$ 16,5 milhões mensais, valor bem abaixo do ano passado, quando chegava a US\$ 19 milhões. A queda é devida à valorização do real frente ao dólar.

Além de recursos, infraestrutura demanda qualidade (Valor Econômico) 15/12/09

De São Paulo

O volume de investimentos em infraestrutura deve aumentar significativamente nos próximos anos, mas será indispensável modernizar o planejamento, o modo de elaborar os projetos e as formas de executá-los se o país quiser evitar gargalos e permitir um salto quantitativo e qualitativo do segmento no país. A avaliação é do professor Helder Queiroz, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). "Fazer mais do mesmo é importante, mas é insuficiente", afirmou ele, que participou do seminário "Perspectivas do Investimento no Brasil", organizado pelo Valor e apoiado pelo BNDES e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para o período de 2009 a 2012, os "projetos firmes" de investimento em energia e infraestrutura totalizam R\$ 518,5 bilhões, 58,8% a mais do que o registrado entre 2005 e 2008, segundo mapeamento do BNDES de junho. "Isso produzirá um importante impacto macroeconômico", diz Queiroz, ressaltando, porém, que será necessário uma mudança mais profunda para que o país escape de gargalos, enfatizando que o país precisa "de uma visão de planejamento mais integrada e sistêmica da infraestrutura".

Queiroz vê uma situação preocupante no segmento de transportes. O tamanho do território do país e a dificuldade para concluir os investimentos sem a redefinição do planejamento, da regulação setorial e de mecanismos de coordenação são algumas das dificuldades enfrentadas no setor. O risco, segundo ele, é de que o segmento de transportes se torne um ponto de estrangulamento à expansão da economia na próxima década.

Há déficits estruturais e sociais a serem compensados, além dos investimentos para a área de transportes. Segundo Queiroz, a situação é "melhor" no setor de energia, mas ainda existem entraves para acelerar a oferta, especialmente de fontes limpas. De acordo com o economista, "um projeto de construção de usina térmica, altamente poluidora, ganha licença ambiental em seis meses", enquanto uma usina hidrelétrica, diz ele, "chega a demorar dois anos". "Isso precisa ser equacionado."

O presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e das Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, deu a dimensão dos desafios no setor de saneamento, ao lembrar que o país hoje investe cerca de R\$ 6 bilhões por ano, quando seriam necessários R\$ 13 bilhões para a universalização dos serviços em 20 anos, uma meta pouco ambiciosa. Para o líder empresarial, é preciso mesclar investimentos públicos e privados, contando com coordenação do governo. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), avalia, é um passo importante para mudança de expectativas, ainda que o ritmo de andamento dos projetos seja desigual.

Para Fernando Sarti, economista da Unicamp, os dólares oriundos da exploração e exportação do petróleo do pré-sal devem ser alocados num fundo, que depois direcionaria os recursos para projetos industriais. "Há necessidade de financiamento interno e, ao mesmo tempo, de maior coordenação do setor público para diminuir desigualdades regionais", afirma Sarti, para quem o fundo poderia funcionar como "incentivador de exportações regionais", quer dizer, no intercâmbio comercial entre Estados e regiões. (JV e SL)

Exxon realiza uma aposta de US\$ 31 bilhões no gás natural (Valor Econômico) 15/12/09

Russell Gold, The Wall Street Journal

A Exxon Mobil Corp. apostou US\$ 31 bilhões que o gás natural terá um papel crucial para atender à demanda mundial por combustíveis e se posicionou para transformar o debate mundial sobre política energética.

Em sua primeira aquisição importante desde a megafusão que a criou, em 1999, a Exxon anunciou ontem que vai comprar a muito menor XTO Energy Inc. numa transação inteiramente em ações, essencialmente transformando-a numa nova divisão focada no desenvolvimento das jazidas de gás natural que têm sido descobertas em formações rochosas densas no mundo inteiro.

O acordo é um sinal de que a Exxon, a maior petrolífera de capital aberto do mundo, prevê algum enfraquecimento na primazia do petróleo.

Boa parte das reservas petrolíferas mundiais ficam em países que não estão mais dispostos a dividir os lucros com as multinacionais.

Enquanto isso, outras fontes de energia, como o carvão, enfrentam restrições ambientais e a energia renovável continua a contribuir muito pouco para realmente ter algum impacto no curto prazo.

Isso torna o gás natural o combustível que se espera que cresça mais rapidamente num mundo que exige mais energia - principalmente limpa. O gás natural deve se tornar mais vantajoso em relação a outros combustíveis quando as emissões de dióxido de carbono começarem a ser taxadas, disse Rex Tillerson, presidente da Exxon.

Ao comprar uma grande fonte de produção de gás natural nos Estados Unidos, a Exxon deve assumir uma posição mais ativa no debate sobre a política energética.

"A Exxon vai provavelmente se tornar uma defensora importante do gás como a fonte de energia preferida dos EUA", disse Neil McMahon, analista do setor energético na Sanford Bernstein.

Os executivos da Exxon já estão enfatizando a maneira como o gás natural produzido nos EUA vai melhorar a independência energética do país e criar empregos. E a empresa provavelmente vai pressionar para que o uso do gás se torne mais comum em tudo, da geração de eletricidade aos caminhões de longa distância.

O tipo de produção de gás natural que a Exxon está comprando, conhecido como gás não convencional, praticamente não existia dez anos atrás. Hoje em dia ele se refere à ação de raçar formações de xisto e outras rochas densas para liberar o combustível. O desenvolvimento dessas formações de xisto transformou os EUA de um grande importador de gás natural num farto produtor.

Nos últimos anos, a Exxon foi criticada por não gastar seu caixa recheado com mais aquisições.

Desde 2001, a empresa gastou bilhões comprando de volta 2,5 milhões de suas ações.

O acordo vai calar essas críticas, mas também motivar reclamações de que a Exxon pagou caro demais pela XTO, um temor que derrubou a ação da Exxon ontem. A Exxon aceitou pagar 25% a mais que a cotação da XTO no fechamento de sexta-feira.

O acordo também combina duas empresas dos arredores de Dallas (a Exxon tem sede em Irving) com reputação semelhante de eficiência e administração conservadora. Além de oferecer US\$ 31 bilhões em ações, a Exxon também vai assumir US\$ 10 bilhões em dívidas da XTO.

A Exxon informou que não espera economia significativa com a eliminação de redundâncias. "Esta não é uma decisão de curto prazo, mas é para os próximos 10, 20 ou 30 anos", disse Tillerson. A Exxon também não espera que o acordo aumente seus lucros no curto prazo, embora preveja que vá aumentar a produção e o fluxo de caixa, disse David Rosenthal, diretor de relações com investidores da empresa.

Com a compra, a Exxon vai controlar cerca de 32.000 quilômetros quadrados de terrenos em que se localiza gás natural não convencional, mais ou menos o dobro do Estado do Rio e mais do qualquer outra empresa, segundo a Exxon.

A XTO tem ativos significativos nos Estados americanos do Texas, Louisiana, Arkansas, Oklahoma e Pensilvânia.

A Exxon tem se focado em descobrir e adquirir jazidas de gás de xisto e outras fontes não convencionais de gás natural fora dos EUA e conta com ativos substanciais na província canadense de Colúmbia Britânica, na Polônia, Argentina e Alemanha.

Com a XTO, a Exxon ganha a oportunidade de aplicar seu capital na expansão da base de recursos naturais, especialmente de xisto americano.

Enquanto isso, o acordo dá à XTO acesso ao capital de que tanto precisa para se expandir. Empresas como a XTO foram vitimadas pelo próprio sucesso. Elas descobriram tanto gás natural nos EUA, tão rapidamente, que a produção ultrapassou a demanda e os preços foram ao chão este ano. Isso aumentou a pressão financeira sobre essas empresas.

Para a XTO, essa situação foi amplificada por algumas aquisições fora da hora que realizou no ano passado. Ela comprou a Hunt Petroleum Corp. por US\$ 4,2 bilhões, como parte de uma onda de aquisições avaliada em US\$ 11 bilhões no auge do mercado.

(Colaborou Ben Casselman)

Mercado de ações no Brasil terá um índice "verde" (Valor Econômico) 15/12/09

Célia Rosemblum, de Copenhague

Uma nova referência será incorporada ao mercado de ações no Brasil: as emissões de gases de efeito-estufa (GEE) de empresas de capital aberto. Os investidores poderão aferir os desempenhos financeiro e ambiental das companhias de forma simultânea no Índice Carbono Eficiente, que deve ser anunciado hoje pela BM&F Bovespa e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em Copenhague, durante a CoP-15. "Será o primeiro país do mundo a ter um índice de baixo carbono de mercado", diz Sérgio Weguelin, superintendente da área de meio ambiente do BNDES.

O novo índice vai ser referenciado no IBrX-50, que lista as 50 ações mais negociadas da Bovespa, com movimento próximo a US\$ 2,7 bilhões ao dia, e ponderado pelas emissões de GEE dessas companhias. "O objetivo é ter um instrumento econômico que tente ajudar na questão das mudanças climáticas", explica Sonia Favaretto, diretora de sustentabilidade da BM&FBovespa.

Em linhas gerais, o índice vai refletir quanto cada empresa emite de gases de efeito-estufa para obter determinado volume de receitas, o que permite fazer comparações entre todas as companhias que o integram. Quanto menor a relação entre as emissões e a receita, maior a eficiência. Nessa conta também são levados em consideração os diversos setores a que pertencem as companhias, diz Guilherme Magalhães Fagundes, gerente de produtos ambientais, de energia e metais da BM&FBovespa.

As mais eficientes de cada setor tendem a ter maior participação no novo índice e as menos devem perder espaço na composição. Mecânica similar vai funcionar para os setores. Os que poluem de forma intensiva terão peso reduzido. O retorno para o investidor, porém, será bastante semelhante ao proporcionado pelo IBrX-50.

Segundo Weguelin, houve no processo de estruturação um cuidado para "não perder a aderência ao índice original". A variação máxima estimada até agora entre o retorno proporcionado pelo IBrX-50 original e o futuro Índice Carbono Eficiente é menor que 2% ao ano. "É um início com cautela", define Favaretto.

Weguelin diz que o ferramental já foi testado e aprovado. "A aderência não é teórica." Assim, quem estiver interessado em aplicar segundo o novo índice sabe que terá um retorno quase idêntico ao das 50 ações mais comercializadas, mas que uma porcentagem maior de seus recursos será colocada em empresas limpas, que ocuparão proporcionalmente mais espaço no índice ambiental.

O primeiro portfólio só deve ser anunciado em um ano. Até lá, as empresas e as instituições responsáveis pelo índice vão trabalhar para sua estruturação. Os presidentes das companhias listadas no IBrX-50 devem receber hoje uma carta assinada em conjunto pelos presidentes do BNDES, Luciano Coutinho, e da BM&FBovespa, Edemir Pinto, com um convite para uma reunião em janeiro onde o índice será apresentado em detalhes.

Na sequência, diz Favaretto, serão realizados workshops para impulsionar a realização de inventários de emissões de GEE em seus processos e operações, o primeiro passo para a empresa iniciar uma gestão ambiental efetiva. As integrantes do IBrX-50 serão estimuladas a adotar a metodologia do GHG Protocol, o referencial mais usado no mundo nesse campo.

A iniciativa não parte do zero. As 50 ações listadas no GHG são de 46 empresas. Destas, pelo menos a metade tem iniciativas relacionadas às emissões e 14 realizam inventários, uma prática ainda incipiente no Brasil.

Os parceiros do novo índice acreditam que esse caminho terá necessariamente de ser feito pelas empresas brasileiras. "Em um ambiente de baixo carbono, as empresas pouco intensivas em emissões passam a se diferenciar e a ter maior competitividade que outros players", avalia a diretora de sustentabilidade da BM&FBovespa. Os países estão investindo bilhões na reconfiguração da matriz industrial em um movimento que tem sido chamado de "green new deal", diz Weguelin. "Daqui a alguns anos, os que não avançarem nessa direção vão enfrentar barreiras comerciais e éticas."

A tendência já é visível, segundo Marco Antônio Fujihara, consultor da Federação das Indústrias de São Paulo, em iniciativas como a lei americana do clima em tramitação que prevê taxas para importação de produtos de países que não tenham metas de corte das emissões, por considerarem que isso é um subsídio indireto. "O empresário precisa entender que tudo isso um dia bate em seu produto."

A jornalista viaja a convite de Natura e Wal-Mart

Em busca de aumento para as emendas, oposição ameaça obstruir Orçamento (Valor Econômico) 15/12/09

Cristiane Agostine, de Brasília

Relator-geral do Orçamento, Magela vê dotação insuficiente para as emendas mas prevê votação para terça-feira. A votação do Orçamento no Congresso deverá ficar só para a próxima semana, às vésperas do recesso. Os parlamentares ainda não acabaram de definir os recursos que irão para as áreas de Infraestrutura, Educação, Cultura, Esporte, Meio Ambiente e Integração Nacional. Na quinta-feira, o relator-geral do Orçamento, deputado Geraldo Magela (PT-DF), entregará o texto que será votado em plenário. A oposição planeja obstruir e pressionar pelo aumento da execução de emendas orçamentárias deste ano.

Os parlamentares começaram a votar na noite de ontem os três últimos relatórios setoriais. As diretrizes para os gastos em Infraestrutura, área estratégica do governo, ficaram com a oposição e foram relatadas pelo senador Efraim Morais (DEM-PB). Os investimentos previstos nessa área correspondem, para o orçamento fiscal e da seguridade social, em conjunto, a 28,8% do total do Orçamento para 2010.

A proposta para o Ministério dos Transportes no orçamento fiscal e no da seguridade social é de R\$16,7 bilhões, valor que supera em 31,3% o proposto para 2009. Os aumentos mais significativos foram os da ANTT (316,2%) e da ANTAQ (81,4%). Destaca-se a previsão de aumento de 62,2% para a Valec -Engenharia, Construções e Ferrovias. Recentemente, o governo editou a MP 462, que tornou a Valec sócia da Companhia Siderúrgica Nacional na construção da ferrovia Transnordestina.

Os recursos propostos para o Ministério das Comunicações correspondem a R\$ 3,030 bilhões, montante 51,6% inferior ao proposto para 2009. Das unidades orçamentárias que compõem o orçamento do ministério, a ANATEL foi a que teve maior redução em termos percentuais, de 80,6%. A proposta também reduz recursos para o Ministério de Minas e Energia, em relação a 2009. Serão R\$ 7,03 bilhões, valor 15% inferior ao proposto para este ano. Apenas o DNPM e a ANEEL receberam aumento no Orçamento. A proposta orçamentária da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) ficou praticamente igual à do ano passado.

O relator-geral do Orçamento aposta na votação na terça-feira da próxima semana. "Queremos votar logo", comentou. A oposição, no entanto, deve obstruir o debate, como afirmou na semana passada, o líder da minoria, Otávio Leite (PSDB-RJ). Parlamentares tentarão fazer com que o governo libere mais recursos para a execução de emendas parlamentares individuais. Há reclamações também dentro da base governista. Magela reclamou da falta de dotação orçamentária suficiente no texto enviado pelo governo, com déficit estimado em R\$ 7 bilhões.

Mesmo com a restrição financeira, o relator incluiu R\$ 3,5 bilhões para garantir um reajuste acima da inflação para os aposentados que ganham benefícios maiores que o salário mínimo, e cerca de R\$ 400 milhões para um eventual reajuste dos servidores do Congresso.

Braskem e Cetrel fazem parceria com Novozymes (Valor Econômico) 15/12/09

De Copenhague

As enzimas da Novozymes, empresa dinamarquesa líder global nesse segmento de biotecnologia, serão incorporadas aos processos de pesquisa de duas companhias brasileiras, a petroquímica Braskem e a provedora de soluções ambientais para a indústria Cetrel, ambas do Grupo Odebrecht. Ontem, em Copenhague, as brasileiras fecharam parcerias para apostar em conjunto com a empresa nórdica no potencial da cana-de-açúcar.

Com a Braskem, a Novozymes vai desenvolver a produção em larga escala de polipropileno a partir do etanol. Com a Cetrel, o esforço é para geração de energia, também em escala industrial, a partir do bagaço da cana.

"É uma tecnologia de ponta, que não existe em nenhum lugar", afirmou Marcelo Lyra, vice-presidente de relações institucionais e desenvolvimento sustentável da Braskem. A Novozymes, explicou irá atuar na etapa de transformações do etanol em propeno. A sequência, que vai levar ao polipropileno, será feita com a tecnologia da brasileira.

"O desafio é fazer isso de forma competitiva com o plástico de origem fóssil", disse Lyra. Usado em produtos que vão de embalagens de alimentos a para-choques de carros, o polipropileno respondeu em 2008 por um mercado estimado em US\$ 66 bilhões. A concorrência do plástico de etanol com o produto derivado de petróleo só deve ocorrer, porém, dentro de aproximadamente cinco anos.

A parceria com a Cetrel deve chegar ao mercado antes, em 2012 aproximadamente, segundo estima Dênio Cidreira, diretor de negócios e inovação. A enzima dinamarquesa será usada no biodigestor, o que deve incrementar de 30% a 50% a geração de energia a partir do bagaço da cana. Com a maior produtividade, o executivo calcula que a geração de biogás terá condição de brigar no mercado e saltar da quase insignificante participação que tem hoje na matriz energética, menor que 1% , para até 15% em 12 anos.

Serviços:

Tivit toma empréstimo de R\$ 150 milhões do BNDES (Valor Econômico) 15/12/09

André Borges, de São Paulo

A Tivit, companhia especializada em terceirização de serviços de tecnologia, fechou acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para um empréstimo de R\$ 150 milhões. O contrato deverá ser assinado nesta semana. Pelo acordo, a Tivit terá dois anos de carência para usar o recurso. Depois desse prazo, terá cinco anos para quitar a dívida, que será reajustada pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 1,5% ao ano. "Negociávamos essa linha de crédito desde o ano passado. Conseguimos um empréstimo interessante, com uma taxa muito competitiva", diz Luiz Mattar, presidente da Tivit.

Com os recursos, a Tivit quer financiar projetos de expansão, como a abertura de duas filiais, na região Sul do país. As operações de Porto Alegre e Curitiba estão em fase de implantação e devem começar a funcionar no início de janeiro. Cada instalação, diz Mattar, deverá ter 500 funcionários.

Depois de sua abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo, em setembro, a Tivit passou a ter 43% de suas ações pulverizadas no mercado. O grupo Votorantim continua a ser o maior acionista da companhia, com 41% de participação, seguido pelo banco Pátria (7%) e os diretores da companhia (9%).

Como qualquer outra empresa do setor de tecnologia, a Tivit sentiu os efeitos da crise neste ano. Até maio, a companhia tinha 26 mil funcionários no país. Depois de cortes, deve fechar o ano com 23 mil pessoas. A meta de crescimento de 20% para este ano não foi alcançada. "Ainda assim, vamos crescer 6% em 2009", diz Mattar. A receita da companhia vai ficar superar a marca de R\$ 1 bilhão. No mês passado, a Tivit chegou a enfrentar problemas com a greve de funcionários em sua operação de Jundiaí (SP). "Na realidade, essa situação envolveu dois sindicatos (Sintetel e Sinratel) que entraram numa briga jurídica para ver quem vai representar os funcionários da empresa. Mas o fato é que essa questão da paralisação já foi completamente resolvida."

Com o empréstimo do BNDES, adquirido por meio do Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (Prosoft Empresa), a Tivit não descarta a possibilidade de fazer novas aquisições. Em caixa, a companhia conta ainda com cerca de R\$ 100 milhões para investimentos. "Nesse quarto trimestre o mercado mudou completamente. Temos ótimas perspectivas para o ano que vem."

Empresas se unem para produzir energia limpa (Correio Popular – Economia/ Os Fatos) 15/12/09

As empresas Braskem e Cetrel anunciaram ontem parceria para a produção de energia limpa e o início de pesquisas para desenvolvimento de polipropileno (PP), ambos a partir da cana-de-açúcar. Na parceria com a Braskem a ideia é desenvolver uma alternativa verde para produzir polipropileno, plástico utilizado em uma ampla gama de produtos de uso diário, desde recipientes para alimentos até para-choques de carros. (AAN)

Aneel decide hoje sobre punição em caso de apagão

A diretoria da Aneel vota hoje a resolução que muda a forma com que as distribuidoras são punidas nos casos de interrupção no fornecimento de energia elétrica. A proposta é que as distribuidoras repassem diretamente ao consumidor as compensações por falhas na transmissão de energia.

Hoje em dia, uma multa é cobrada caso as metas não sejam cumpridas e depois recolhida pelo Tesouro Nacional. (AAN)

ABEEólica considera positivo volume negociado no leilão de reserva (CanalEnergia) 14/12/09

Pedro Perrelli afirma que resultado poderia ter sido melhor, caso Confaz prorrogasse ICMS automaticamente por mais um ano

Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

14/12/2009

A Associação Brasileira de Energia Eólica, avaliou como positivo o resultado do primeiro leilão de reserva para a fonte, que ocorreu nesta segunda-feira, 14 de dezembro. De acordo com o diretor-executivo da ABEEólica, Pedro Perrelli, o volume comercializado foi satisfatório e ficou na faixa prevista pela entidade, entre 500 MW médios e 2.000 MW médios. "Você teve vendidos 753 MW médios, que dão em torno de 1,5 mil MW instalados que, para serem feitos em dois anos, estão bem dentro da capacidade do mercado em responder", analisou em entrevista à Agência CanalEnergia.

Perrelli destacou que o resultado do certame poderia ter sido melhor, caso o Conselho Nacional de Política Fazendária tivesse prorrogado automaticamente a isenção do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços por mais um ano, ao invés de estendê-lo até o dia 31 de janeiro de 2010. "Essa decisão pode ter tido algum reflexo no leilão, pois muitos empreendedores com bons projetos dispostos a vender energia acabaram não participando da concorrência", disse o executivo.

O leilão de energia eólica negociou 753 MW médios, com energia comercializada ao preço médio de venda de R\$ 148,39/MWh. Os contratos firmados totalizam negócios de R\$ 19,590 bilhões. A geração será de 132.015.960.000 de MWh. O preço marginal do leilão foi de R\$ 153,07/MWh. Estavam habilitados para o leilão 339 empreendimentos com 10 mil MW de capacidade instalada. A energia foi contratada pelo período de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2012.

Leilão de eólicas viabiliza 1.805,7 MW de capacidade instalada e abre espaço para R\$ 9,4 bilhões em investimentos (CanalEnergia) 14/12/09

Certame teve negociação de 753 MWmed de 71 empreendimentos - que, porém, totalizam garantia física de 783 MWmed

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Planejamento e Expansão

O leilão de eólica realizado nesta segunda-feira, 14 de dezembro, viabilizou a instalação de 71 empreendimentos, com 1.805,7 MW de capacidade instalada. Os projetos estão localizados em cinco estados: Bahia (390 MW), Ceará (541,7 MW), Rio Grande do Norte (657 MW), Rio Grande do Sul (186 MW) e Sergipe (30 MW). Com isso, foram contratados 753 MW médios no leilão, mas, levando em consideração a garantia física serão adicionados ao sistema 783 MW médios. Os empreendimentos serão viabilizados com investimentos estimados pelo governo em R\$ 9,4 bilhões.

Foram necessárias 75 rodadas uniformes e uma discriminatória, que levaram quase oito horas, para a definição dos vendedores do leilão. O preço médio de venda ficou em R\$ 148,39 por MWh, o que significou deságio de 21,4% sobre o preço teto de R\$ 189/MWh. Mas alguns empreendimentos comercializaram energia a R\$ 131/MWh. Dos 339 empreendimentos habilitados pela Empresa de Pesquisa Energética, 217 depositaram garantias físicas para participar do leilão.

Segundo Antonio Carlos Machado, presidente do conselho de administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, oito empreendimentos participaram devido a liminares judiciais, mas não comercializaram energia. Ele informou ainda que as usinas contratadas vão fazer a capacidade instalada eólica no país, atualmente, em 602,28 MW, crescer 400%.

Já Márcio Zimmermann, secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, considerou um sucesso o resultado do leilão devido a quantidade e o preço médio alcançados. "Hoje nós podemos dizer que a fonte eólica efetivamente está tendo condições de entrar no mercado brasileiro a partir do momento que começa a apresentar preços que competem com biomassa, PCH e outras fontes", avaliou.

Ele destacou ainda o papel de complementariedade da energia eólica com a hidráulica, principalmente, dos parques nordestinos. José Carlos de Miranda Farias, diretor de Estudos de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética, sublinhou também que o fator de capacidade dos parques em média de 40%. "A fonte eólica é competitiva com as outras fontes alternativas", frisou Farias. De Copenhague, o presidente da EPE, Mauricio Tolmasquim, afirmou que a expressiva contratação de empreendimentos eólicos, associada à decisão de cancelar o leilão de termelétricas que ocorreria no próximo dia 21, mostra o empenho de se manter o alto percentual de fontes renováveis na matriz energética brasileira.

O diretor da EPE lembrou que alguns fornecedores adaptaram os equipamentos para as condições do país, o que contribuiu para as ofertas feitas pelos empreendedores. Zimmermann disse que o governo vai estudar a possibilidade de realizar mais um leilão de fontes alternativas. No entanto, será analisado como acomodar as três principais fontes - biomassa, PCH e eólica no mesmo certame.

"Esses preços sinalizam que essa fonte tem uma grande oportunidade aqui no Brasil", reforçou Zimmermann. O diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hubner, disse que o preço surpreendeu. "Achávamos que seria abaixo de R\$ 180, mas alguns parques venderam a R\$ 131, o que foi uma grata surpresa", disse.

EDP Renováveis Brasil desiste de leilão de eólicas diante de preço-teto (CanalEnergia) 14/12/09

Valor de R\$ 189 reais por MWh não era suficiente para assegurar a rentabilidade adequada aos investimentos necessários para viabilizar projetos
Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A EDP Renováveis Brasil decidiu não participar do primeiro leilão de reserva de energia eólica, realizado nesta segunda-feira, 14 de dezembro, Segundo a companhia, após análises detalhadas das condições apresentadas, chegou-se à conclusão de que o preço-teto de R\$ 189 reais por MWh não era suficiente para assegurar a rentabilidade adequada aos investimentos que serão necessários para viabilizar os projetos.

O leilão encerrou com contratação total de 753 MWmed, com volume financeiro de R\$ 19,590 bilhões, a um preço médio de venda de R\$ 148,49 por MWh e preço marginal de R\$ 153,07 por MWh. Apesar de não ter participado das negociações, a EDP Renováveis Brasil afirmou que "o investimento em energia eólica é estratégico e definitivo para o grupo", e que por isso continuará analisando oportunidades de projetos no país, em desenvolvimento e em greenfield.

Eletrobrás PNB encerra com baixa de 5,03% (CanalEnergia) 14/12/09

Transmissão Paulista PN fecha em alta de 0,53%. IEE chega aos 24.690 pontos em baixa de 0,91%
Da Agência CanalEnergia, Notícias

A Eletrobrás PNB encerrou em baixa de 5,03% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 14 de dezembro. Outras ações também fecharam com resultados negativos, como a MPX Energia ON (-2,87%). A Transmissão Paulista PN fechou com alta de 0,53%, seguida pela AES Eletropaulo PNB (0,51%), pela Tractebel ON (0,32%) e pela Terna Participações UNT (0,11%). O IEE chegou aos 24.690 pontos com baixa de 0,91%. O Ibovespa encerrou em alta, com 0,03%, aos 69.291 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,51%
AES Tietê PN: -0,31%
Celesc PNB: -1,27%
Cemig PN: -1,97%
Cesp PNB: -1,27%
Coelce PNA: -0,75%
Copel PNB: -1,15%
CPFL Energia ON: -0,43%
Eletrobrás PNB: -5,03%
Energias do Brasil ON: -0,03%
Equatorial ON: -1,18%
Light ON: -0,38%
MPX Energia ON: -2,87%

Tractebel ON: 0,32%
Terna Participações UNT: 0,11%
Transmissão Paulista PN: 0,53%

Coomex torna-se geradora com eólica contratada em leilão de reserva (CanalEnergia) 14/12/09

Empresa sai do certame com contratos fechados de 10 projetos que assessorou e uma usina própria. Total corresponde a 109 MWmed e volume financeiro de R\$ 2,9 bilhões
Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O leilão de energia eólica realizado nesta segunda-feira, 14 de dezembro, representou para a Coomex uma estreia no setor como geradora de energia. A empresa foi responsável pelo assessoramento de 11 projetos, que contrataram 109 MWmed, resultando num volume financeiro de R\$ 2,900 bilhões, sendo que um deles é da própria empresa - que até então atuava como comercializadora, e que passa a ser geradora ao fechar contratos no certame.

O leilão encerrou com contratação total de 753 MWmed, com volume financeiro de R\$ 19,590 bilhões, a um preço médio de venda de R\$ 148,49 por MWh e preço marginal de R\$ 153,07 por MWh. O valor mínimo ficou em R\$ 131 por MWh. Segundo o diretor de Operações e Trading da companhia, Cláudio Monteiro da Costa, o projeto de Energen, em Sergipe, fechou contratação a um preço de R\$ 152,50 por MWh, pouco abaixo dos do preço marginal do leilão.

Com o negócio bem sucedido - a usina contratou 10 MWmed - a Coomex investirá R\$ 140 milhões no empreendimento, que terá 30 meses de implantação. A Coomex saiu do leilão com um total de energia que correspondeu a 15% do volume financeiro e de energia. Os 11 projetos representaram um preço médio de R\$ 151,41 por MWh.

A Coomex representou a Impsa - com oito projetos contratados, e a Gestamp, que vendeu dois projetos - além da Energen. "Continuamos com expertise, mas agora na eólica, mostrando nosso potencial de ajudar os geradores a vender próximo ao preço máximo", destacou Monteiro.

Dificuldades ambientais com hidrelétricas motivaram leilão de eólicas, diz Lobão (CanalEnergia) 14/12/09

Segundo o ministro, energia eólica é mais cara que a hídrica, porém mais barata que a térmica
Da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

O Ministro de Minas e Energia, Edidon Lobão, afirmou nesta segunda-feira, 14 de dezembro, que um dos motivos que levaram o governo federal a realizar o leilão de energia eólica foi a dificuldade para superar problemas ambientais envolvendo a hidrelétrica de Belo Monte. "Estamos realizando hoje o primeiro leilão de energia eólica, que é mais cara que a hídrica, porém mais barata que a térmica. Como estamos tendo dificuldades para a usina de Belo Monte, temos que garantir outras formas de energia", afirmou o ministro.

Com relação ao relatório do governo sobre o blecaute ocorrido no mês passado, Lobão contou que o documento deve ser apresentado ainda neste mês. Segundo o ministro, o documento será analisado e receberá contribuições de especialistas e professores de universidades.

As informações são da Agência Brasil.

Leilão de eólicas termina com preço de venda médio de R\$ 148,39 por MWh (CanalEnergia) 14/12/09

Foram negociados 753 lotes, totalizando R\$ 19,590 bilhões em negócios
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Negócios e Empresas

Terminou há pouco o leilão de energia eólica com a negociação de 753 MW médios. A energia foi comercializada por um preço de venda médio de R\$ 148,39 por MWh. Os contratos firmados totalizam negócios de R\$ 19,590 bilhões, segundo informações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O leilão, que foi iniciado às 10:30 horas desta segunda-feira, 14 de dezembro, durou 7:37 horas. A geração será de 132.015.960.000 de MWh. O preço marginal do leilão foi de R\$ 153,07/MWh. Estavam habilitados para o leilão 339 empreendimentos com 10 mil MW de capacidade instalada. A

energia foi contratada pelo período de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2012. O montante contratado corresponde a 1.805,7 MW de capacidade instalada, correspondente a 71 empreendimentos em cinco estados - Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe.

Nota da Redação: Notícia alterada às 19:46 horas para adição de informações

Leilão de eólica tem iniciada rodada discriminatória (*CanalEnergia*) 14/12/09

Preço está fixado em R\$ 155,15 por MWh, segundo as informações da CCEE
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Negócios e Empresas

Foi iniciada agora há pouco a rodada discriminatória do leilão de energia eólica. O preço está fixado em R\$ 155,15 por MWh, segundo as informações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O leilão já dura sete horas e meia. O certame foi iniciado às 10:30 desta segunda-feira, 14 de dezembro. Houve antes as rodadas uniformes.

PSR e CanalEnergia iniciam parceria de conteúdo (*CanalEnergia*) 14/12/09

Boletim Regulatório e Boletim de Suprimento e Operação têm objetivo de fornecer informações relevantes sobre temas regulatórios e panorama de suprimento de energia
Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A tomada de decisões nas empresas do setor elétrico ganhou mais uma ferramenta de apoio, a partir da parceria firmada entre o Grupo CanalEnergia e a PSR, que resultará na divulgação de duas análises. O Boletim Regulatório e o Boletim de Suprimento e Operação serão disponibilizados aos assinantes do CanalEnergia Corporativo com o objetivo de fornecer informações relevantes sobre temas regulatórios e sobre o panorama de suprimento de energia.

"Nossa intenção é que estes sejam continuamente ampliados e aperfeiçoados; para isto, as sugestões dos leitores do CanalEnergia são fundamentais", disse Mario Veiga, presidente da PSR. Os boletins terão periodicidade mensal, mas o Boletim Regulatório passará a ser quinzenal a partir de março do ano que vem. Com os boletins, o CanalEnergia Corporativo para a oferecer 16 serviços exclusivos para assinantes.

"As análises da PSR agregarão grande valor ao nosso conteúdo, mantendo com isso o Grupo CanalEnergia o compromisso firmado no lançamento do CanalEnergia Corporativo, de fornecer informações diferenciadas para os nossos assinantes", destacou Rodrigo Ferreira, diretor executivo e de Jornalismo do Grupo CanalEnergia. Em entrevista à Agência CanalEnergia, Veiga detalha a abrangência de cada uma das análises e destaca a importância de cada uma das edições para as decisões estratégicas do setor.

Agência CanalEnergia - Em linhas gerais, como será a abordagem de cada uma das duas análises?

Mario Veiga - O objetivo dos boletins é fornecer de maneira didática, objetiva e sucinta informações relevantes sobre temas regulatórios e sobre o panorama de suprimento de energia. O Boletim Regulatório vai apresentar uma breve análise de audiências públicas, decretos e regulamentações recentes que, na opinião da PSR, podem ter impacto significativo para os agentes. Já o Boletim de Suprimento e Operação apresentará uma análise das condições de suprimento estrutural, com base no Programa Mensal de Operação do ONS. Em particular, será feito o balanço estrutural de oferta (garantia física) e demanda para os próximos cinco anos, além de uma estimativa da taxa máxima de crescimento da demanda que não violaria os critérios de segurança.

Agência CanalEnergia - Qual a importância das análises para as decisões estratégicas de cada uma das empresas do setor?

Mario Veiga - Dado o caráter objetivo e sucinto dos boletins, esperamos que eles sejam úteis tanto para os técnicos como para os executivos, facilitando desta forma a comunicação e a tomada de decisão nas empresas. No caso do Boletim Regulatório, sua importância é alertar quanto a temas que podem não ter recebido a devida atenção seja porque a redação dos instrumentos regulatórios não é muito clara ou porque há "efeitos colaterais" tais como aumento substancial de encargos que são difíceis de quantificar. Isto sem mencionar a profusão de novas leis, regulamentações, decretos e portarias que saem a cada mês, o que muitas vezes faz com que temas importantes não sejam sequer percebidos. No caso do Boletim de Suprimento, o balanço estrutural entre oferta e demanda permite visualizar, com antecedência, potenciais "gargalos" de suprimento, o que é importante tanto para consumidores (pois mede a disponibilidade de energia para contratos) como para investidores em nova capacidade de geração.

Agência CanalEnergia - E de que modo as análises poderão contribuir para avanços institucionais do setor?

Mario Veiga - Acreditamos que um melhor conhecimento sobre as causas e efeitos de medidas propostas pelo governo contribua para que os agentes participem de maneira mais efetiva na discussão dos temas regulatórios. Em particular, esperamos estimular os agentes a participar mais ativamente das Audiências Públicas promovidas pela Aneel, o que é fundamental para o fortalecimento institucional do setor.

Agência CanalEnergia - Resumidamente, do que tratará a primeira edição das análises da PSR?

Mario Veiga - No Boletim Regulatório, um dos temas que será discutido é o impacto multibilionário da lei de conversão da MP 466, sancionada há poucos dias pelo presidente Lula, nos encargos para os consumidores. Esta MP originalmente tratava da compensação dos custos dos sistemas isolados (CCC), mas foram feitas emendas que tratam de múltiplos temas, por exemplo usinas nucleares. Um outro tema é a relação entre e a sobre-oferta de energia, analisada no Boletim de Operação, e o cancelamento do leilão A-5. Também daremos destaque à Audiência Pública sobre Tarifas de Transmissão, que pode afetar significativamente os custos de acesso de diferentes segmentos de geração.

Agência CanalEnergia - Como se dará a parceria de conteúdo entre CanalEnergia e PSR?

Mario Veiga - Os boletins serão lançados inicialmente com periodicidade mensal. A partir de março de 2010, o boletim regulatório será lançado a cada duas semanas. Em 2010, a PSR e o CanalEnergia lançarão um serviço de projeção de preços de curto prazo de energia, tanto para o segmento regulado como para o livre, para um horizonte de até dois anos; e de projeções/acompanhamento das emissões de CO2 por parte do setor elétrico. Nossa intenção é que estes sejam continuamente ampliados e aperfeiçoados; para isto, as sugestões dos leitores do CanalEnergia são fundamentais.

Leilão de eólica tem preço abaixo de R\$ 160 por MWh (CanalEnergia) 14/12/09

Valor está cotado a R\$ 159,40/MWh, segundo o sistema de informações da CCEE
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Negócios e Empresas

O leilão de energia eólica trabalha no momento com o preço de lance menor que R\$ 160 por MWh. O valor está cotado a R\$ 159,40/MWh, segundo o sistema de informações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O leilão teve início às 10:30 horas desta segunda-feira, 14 de dezembro com preço teto de R\$ 189/MWh. O certame já dura 6:40 horas. Haverá ainda uma rodada discriminatória. O decremento do preço está em 0,27%.

Eletroacre tem novos limites de DEC e FEC (CanalEnergia) 14/12/09

Valores aprovados pela Aneel entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010
Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Eletroacre (AC) tem novos limites de DEC e FEC aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Os valores entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010. O limite de DEC da companhia para o próximo ano é de 48,80 horas anuais, reduzidas a 42,70 em 2013. O FEC será de 42,70 interrupções por ano em 2010, reduzidas a 36,60 em 2013.

Nível dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste atinge 72% da capacidade (CanalEnergia) 14/12/09

Volume está 48,7% acima da curva de aversão ao risco, segundo dados do boletim do ONS
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

Os reservatórios do submercado Sudeste/Centro-Oeste operam com 72% da capacidade de armazenamento, 48,7% acima da curva de aversão ao risco, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes ao último domingo, 13 de dezembro. A usina de Itumbiara opera com 79,18% da capacidade. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - Os reservatórios atingiram 52,1% do volume acumulado, com alta de 0,5%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 34,78% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios registram 72% do volume, com alta de 0,3%. O índice está 48,7% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Itumbiara e Promissão operam com 79,18% e 82,75%, respectivamente.

Submercado Sul - O nível dos reservatórios chega a 97,1%, com alta de 0,3%. O índice está 77,4% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Campos Novos trabalha com 73% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios atingem 62% do volume acumulado, com alta de 0,2%. O índice está 39,2% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 62,50% da capacidade.

Leilão de eólica já tem preço abaixo de R\$ 170 por MWh (CanalEnergia) 14/12/09

Com quatro horas e meia de duração certame ainda está na fase de rodadas uniformes
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Planejamento e Expansão

O leilão de energia eólica já trabalha com preço inferior aos R\$ 170 por MWh. Após quatro horas e meia de certame, o preço da energia está cotado a R\$ 169,17/MWh, segundo informações do sistema da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O leilão foi iniciado às 10:30 horas desta segunda-feira, 14 de dezembro, com preço teto de R\$ 189/MWh. Foram habilitados 339 empreendimentos com 10 mil MW de capacidade instalada. O leilão terá ainda uma rodada discriminatória.

Leilão de eólicas: após quatro horas, preço vai a R\$ 171,47/MWh (CanalEnergia) 14/12/09

Foram habilitados 339 empreendimentos com 10 mil MW de capacidade instalada
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Negócios e Empresas

O leilão de energia eólica completou quatro horas de duração, após início às 10:30 horas desta segunda-feira, 14 de dezembro. O preço da energia está em R\$ 171,47 por MWh nas rodadas uniformes, segundo informações do site da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O preço teto foi fixado em R\$ 189/MWh. Foram habilitados 339 empreendimentos com 10 mil MW de capacidade instalada.

PCH Jacaré é enquadrada no Reidi (CanalEnergia) 14/12/09

Usina tem potência instalada de 9 MW e está localizada em Minas Gerais
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O Ministério de Minas e Energia aprovou o enquadramento da PCH Jacaré no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi). A usina tem potência instalada de 9 MW e está localizada no município de Dolores de Guanhanes, em Minas Gerais.

Leilão de eólicas: preço cai abaixo dos R\$ 180 por MWh (CanalEnergia) 14/12/09

Energia está cotada em R\$ 178,57 nas rodadas uniformes, segundo CCEE
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Planejamento e Expansão

O preço da energia no leilão de eólicas caiu para abaixo de 180 por MWh ainda na primeira fase. As rodadas uniformes estão com preço de R\$ 178,57 por MWh, segundo informações do sistema da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O preço teto foi fixado em R\$ 189 por MWh. A primeira fase já dura 2:30 horas, tendo sido iniciada às 10:30 horas. O leilão contará ainda com uma rodada discriminatória.

Aneel pretende editar resolução consolida direitos e obrigações dos geradores (CanalEnergia) 14/12/09

Objetivo da agência é racionalizar atos de outorga de autorização
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Aneel, com o intuito de racionalizar os atos de outorga de autorização, irá consolidar em uma resolução normativa todos os direitos e obrigações dos agentes de geração. Atualmente, segundo a agência, eles são transcritos em todos os atos, tornando extensas as resoluções autorizativas. Com a medida, as outorgas de autorização descreverão as características técnicas dos empreendimentos e farão referência à nova resolução normativa para relacionar os direitos e obrigações dos outorgados, reduzindo as despesas de publicação. A diretoria da Aneel deverá deliberar o assunto na reunião semanal que ocorre na próxima terça-feira, 15 de dezembro.

Eletrobrás PNB opera em queda de 3,67% (*CanalEnergia*) 14/12/09

IEE alcança os 24.969 pontos com alta de 0,21% assim como Ibovespa, que chegou aos 69.727 pontos e registrou alta de 0,66%

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Eletrobrás PNB opera em queda de 3,67% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta segunda-feira, 14 de dezembro. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Light ON (-0,77%), acompanhada da MPX Energia ON (-0,76%). A Cesp PNB opera em alta de 2,11%, acompanhada pela Coelce PNA (1,12%) e Transmissão Paulista PN (0,80%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 24.969 pontos com alta de 0,21% assim como Ibovespa, que chegou aos 69.727 pontos e registrou alta de 0,66%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,76%
AES Tietê PN: 0,63%
Celesc PNB: -0,44%
Cemig PN: 0,59%
Cesp PNB: 2,11%
Coelce PNA: 1,12%
Copel PNB: 0,77%
CPFL Energia ON: 0,59%
Eletrobrás PNB: -3,67%
Energias do Brasil ON: 0,14%
Equatorial ON: 0,28%
Light ON: -0,77%
MPX Energia ON: -0,76%
Tractebel ON: 0,59%
Terna Part UNT: 0,13%
Transmissão Paulista PN: 0,80%

Leilão de eólica: rodadas uniformes continuam com preço de R\$ 183,46 por MWh (*CanalEnergia*) 14/12/09

Foram habilitados pela Empresa de Pesquisa Energia 339 empreendimentos com 10 mil MW
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Planejamento e Expansão

O leilão de energia eólica completa 1:30 hora de duração ainda na primeira fase, iniciada às 10:30 horas desta segunda-feira, 14 de dezembro. As rodadas uniformes estão com preço de R\$ 183,46 por MWh, segundo o sistema da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O preço teto foi de 189 por MWh. Foram habilitados pela Empresa de Pesquisa Energia 339 empreendimentos com 10 mil MW.

TCU vai realizar auditoria na Cosern e Boa Vista Energia (*CanalEnergia*) 14/12/09

Comissão da Câmara aprovou auditoria nas concessionárias para identificar se houve cobrança indevida nas tarifas de energia

Da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados aprovou requerimento para que o Tribunal de Contas da União realize auditoria nas distribuidoras Boa Vista Energia (RR) e Cosern (RN), para identificar se houve cobrança indevida na tarifa de energia. O pedido inicial foi apresentando pelo deputado Edio Lopes (PMDB-RR) para que a

auditoria fosse feita em Roraima. Depois, o deputado Betinho Rosado (DEM-RN) pediu a inclusão da concessionária do Rio Grande do Norte na investigação.

De acordo com Edio Lopes, a CPI das Tarifas de Energia, que investigou a formação de valores das tarifas no Brasil, identificou perdas dos consumidores nos últimos sete anos. O parlamentar argumentou que o levantamento de quanto foi cobrado a mais do consumidor vai permitir que os prejudicados busquem o ressarcimento desses valores. As informações são da Agência Câmara.

Tem início o leilão de energia eólica (CanalEnergia) 14/12/09

Foram habilitados 339 empreendimentos com 10 mil MW de capacidade instalada
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, de São Paulo, Negócios e Empresas

Teve início às 10:30 horas desta segunda-feira, 14 de dezembro, o leilão de energia de reserva para energia eólica. Foram habilitados 339 empreendimentos com 10 mil MW de capacidade instalada. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica não divulgou a lista dos depositantes das garantias. O preço teto é de R\$ 189 por MWh.

José Starosta é o novo presidente da Abesco (CanalEnergia) 14/12/09

Engenheiro eletricitista substituiu Ricardo David no cargo. Posse ocorreu em encontro de associados, no início do mês
Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

José Starosta é o novo presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviço de Conservação de Energia. O engenheiro eletricitista substituiu Ricardo David no cargo. A cerimônia de posse ocorreu no início de dezembro durante almoço anual dos associados, em São Paulo.

SINDICAL

1ª Conferência Nacional de Comunicação (CUT Nacional) 15/12/09

Escrito por William Pedreira e Paula Brandão, de Brasília

CUT reafirma: sem a democratização da mídia não haverá democracia em nosso país

..Após mais de dois anos de luta dos movimentos sociais, a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM) teve início em Brasília com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e cerca de duas mil e quinhentas pessoas, entre delegados/as, observadores/as e convidados/as do governo, dos movimentos sociais e de empresas do ramo da comunicação. A Conferência tem como tema “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital” e acontece até quinta-feira (17), no auditório Ulysses Guimarães.

A mesa de abertura contou com a presença de Rosane Bertotti, secretária nacional de Comunicação da CUT, que reafirmou que os movimentos sociais estão à frente da realização da CONFECOM. “Esta Conferência é fruto da organização dos movimentos sociais e é o primeiro resultado de nossa luta histórica pela democratização da comunicação em nosso país. Temos esta certeza e, da mesma forma, temos coragem e energia para continuar esta luta que não termina no dia 17 com a Conferência, ela é construída dia-a-dia com toda a sociedade. Se for preciso, iremos às ruas para fazer valer esse direito, pois nunca haverá democracia neste país enquanto não houver democratização nos meios de comunicação.”

Também estiveram presentes o coordenador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Celso Schroeder; o ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Dulci; o ministro das Comunicações Hélio Costa; o ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Franklin Martins; o presidente da Câmara, Michel Temer; Marcelo Bechara, consultor jurídico do ministério da comunicações e o presidente do Grupo Bandeirantes Johnny Saad.

Celso Schroeder fez um breve relato da luta pela democratização dos meios de comunicação no Brasil e chamou uma homenagem ao ilustre jornalista Daniel Herz, um ícone desta luta no Brasil. Após a exibição de um vídeo com trechos da

trajetória de Daniel como militante, Schroeder entregou uma placa aos dois filhos do jornalista em reconhecimento ao seu trabalho e luta.

O ministro das Comunicações Hélio Costa lembrou que desde 2003 até hoje foram realizadas sessenta Conferências, mas nenhuma delas teve um tema tão inédito e tão esperado como a Comunicação. Durante sua explanação, representantes dos movimentos sociais manifestaram-se de forma negativa no auditório, provavelmente, pelo atraso de anos do ministério no processo de convocação da Conferência, apesar da necessidade, dos pedidos e das tentativas de diálogo por parte dos movimentos sociais.

Um dos momentos mais esperados da noite foi participação do presidente Lula, que conclamou a todos e a todas a se unirem por objetivos comuns - a transmissão da verdade na informação, o exercício do bom jornalismo, a democracia nos meios - e desafiou a todos a encontrarem respostas para os desafios da era digital e das novas tecnologias. “As respostas estão aqui neste plenário, em sua diversidade e pluralidade”, disse.

“Nas 27 unidades da Federação tivemos a realização das Conferências municipais e estaduais e todas elas foram marcadas pelo diálogo e pela convivência democrática”, disse Lula. O presidente lamentou o fato de algumas entidades da área de comunicação terem ficado de fora da Conferência. “Infelizmente alguns se negaram a participar deste processo democrático temendo sei lá o quê, mas cada um é dono de suas decisões e sabe aonde aperta o calo”.

Lula também falou sobre a atual legislação para o sistema de comunicação, que data de 1962, e demonstrou preocupação com a falta de atualização numa era de convergência de mídias. “Estamos numa época onde todas as fronteiras da mídia estão sendo disseminadas. A nossa legislação é antiga e não responde às demandas que temos hoje. Portanto, ou encaramos essa realidade da convergência ou sofreremos consequências caóticas. O país precisa travar este debate. Este será um grande desafio não só do governo, mas dos empresários, dos trabalhadores, dos movimentos sociais, dos leitores e dos internautas. Precisamos resgatar os acertos do passado e, principalmente, consertar os nossos erros, para que o futuro venha, e tenho certeza, de que parte deste futuro saíra do documento que será construído nesta conferência.”

Terça e quarta-feira (CUT Nacional) 14/12/09

Escrito por Luiz Carvalho

CUT participa de Seminário sobre Práticas Antissindicais no Pará

A CUT e as demais centrais sindicais brasileiras promovem nestas terça e quarta-feiras, dias 15 e 16, na cidade de Belém (Hotel Regente – Avenida Governador José Malcher, 485), Pará, Seminário sobre Práticas Antissindicais para discutir o crescente número de assassinatos de dirigentes sindicais e o ataque à organização dos trabalhadores.

O evento realizado pelo Comando de Combate às Práticas Antissindicais, criado pelas centrais em 2007, ocorre no Estado em que há maior incidência de mortes de militantes dos movimentos sociais. De acordo com levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), apenas até junho deste ano, quatro pessoas foram assassinadas em decorrências de conflitos no campo e outras 13 foram vítimas de tentativas de assassinato.

Com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Dieese, o encontro debaterá, entre outros temas, a efetiva aplicação das convenções 98, 135, 141 e 154 da OIT, que tratam da liberdade e organização sindical, e instrumentos como o interdito proibitório, utilizado pelo Poder Judiciário para atacar o legítimo direito de greve garantido pela Constituição Federal.

Acompanhe abaixo a programação:

Dia 15/12

Mesa 1

9h Abertura – Centrais Sindicais, Dieese, OIT, MTE e representante do Governo do Pará

9h30 – Apresentação e análise das Convenções e o direito dos trabalhadores e trabalhadoras

Expositor da OIT

10h30 – Intervalo para o café

10h45 – Debate

12h30 às 14h00 – Intervalo para o almoço

Mesa 2

14h – Práticas Antissindicais e a questão dos Direitos Humanos
Expositores: Representante da Secretaria de Direitos Humanos do Governo federal
Representante da Procuradoria Geral do Trabalho
Representante do Ministério Trabalho e Emprego
16h45 – Intervalo para o café
17h – Experiência Nacional e as Práticas Antissindicais
Expositores: Centrais Sindicais (nacional)
18h30 – Jantar

Dia 16/12

Mesa 1

9h – Exposição das Centrais Sindicais (estadual) – Diagnóstico, Experiências e Práticas Antissindicais

Exposição: CGTB, CTB, CUT, FS, NCST e UGT

11h – Intervalo

11h15 – Debate

12h30 às 14h – Intervalo para o almoço

Mesa 2

14h – Debates em grupos: propostas das centrais para ações no combate às práticas antissindicais

Exposição dos grupos e debate

Local do evento:

Hotel Regente

Av. Governador José Malcher, 485 Belém/PA – Tel.: (0xx91) 3181.5000

Atualizado em (14/12/2009)

Somos fortes, somos CUT (CUT Nacional) 14/12/09

Escrito por Luiz Carvalho

Federação Nacional dos Servidores estaduais já nasce cutista e com desafio de ampliar poder de mobilização da categoria

Durante este fim de semana, de 11 a 13 de dezembro, em Brasília, sindicalistas vindos de vários estados do país se reuniram no Congresso de fundação da Federação Nacional dos Servidores e Empregados Públicos Estaduais e do Distrito Federal, que recebeu o nome de Fenasepe. Desde o início do encontro, era consenso que a entidade deveria ser filiada a CUT, o que foi aprovado por unanimidade. “A filiação à CUT, Central mais representativa da América Latina e a terceira maior do mundo, vai fortalecer ainda mais as lutas da categoria, apontando para a vitória”, afirmou Cícero Rola, eleito presidente da Fenasepe.

Durante os três dias de debate, foram aprovados o estatuto e o Plano de Lutas da Federação. Dentre os 47 itens da lista de metas da entidade, está a realização de uma Campanha Nacional Contra a Corrupção, a luta pela ética e moralização no serviço público; a defesa do concurso público; a luta pela aprovação total e regulamentação das Convenções 151 e 158 da OIT; a luta pela destinação de 70% dos cargos comissionados aos servidores efetivos de carreira; e a luta por um piso salarial mínimo nacional para os trabalhadores.

Já o estatuto estabelece, entre outros pontos, a destinação de 30% de participação feminina na composição da diretoria nacional da Federação; além de criar 14 secretarias, além da presidência e vice-presidências. Entre as secretarias está a de Gênero, Raça, Sexualidade e Portadores de Deficiências Físicas; de Juventude; da Mulher; de Saúde do Trabalhador e Seguridade Social; e de Meio Ambiente.

No Congresso ainda foi eleita a diretoria nacional da Fenasepe, composta por 16 membros titulares e 16 suplentes. A duração do mandato da primeira diretoria se encerrará em abril de 2011, quando será realizado Congresso Nacional da Federação que elegerá um novo comando.

A Federação congregará a única categoria que ainda não está organizada por ramo de atividade e trabalhará, em nível nacional, pelas lutas dos servidores.

Organizar para enfrentar a intransigência

Para o secretário de organização da Central Única dos Trabalhadores, Jacy Afonso de Melo, também presente na fundação, a entidade preenche uma lacuna na luta dos trabalhadores. “A Fenasepe se une à Confetam e à Condsef, representantes dos servidores municipais e federais, além da CNTSS e da CNTE, que representam a seguridade social e a educação, ampliando a capacidade de mobilização da categoria para além das capitais e combatendo as políticas de precarização e sucateamento promovidas pelos governos tucanos nos estados. O surgimento da federação fortalece ainda o papel da CUT de negociadora porque uma central que não tem papel negociador vira ONG”, ressaltou.

Segundo Jacy, a federação será fundamental também para pressionar o Senado a aprovar a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, que garante a negociação no setor público, e cobrar dos candidatos às próximas eleições o compromisso com essa pauta. “Para quebrar a postura intransigente de alguns governadores, que se recusam a discutir com os trabalhadores, precisamos assegurar o diálogo nos setores municipal, estadual e federal, por meio de leis como a 151, e mostrar quem vai contra o funcionalismo público. Em 2010, a CUT apresentará a plataforma da classe trabalhadora e cobrará dos candidatos estaduais e federais que abracem essa luta”, destacou.

Durante o Congresso, Pedro Armengol, diretor executivo nacional da CUT e Secretário de finanças da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), lembrou que os servidores públicos só tiveram direito a se organizarem em sindicatos em 1988, o que colaborou para a dispersão da categoria e a ação dos governos neoliberais. “Apesar de alguns avanços, ainda vivemos em um país com políticas públicas precárias. E nós, como agentes dessa política, temos que estar organizados para construirmos um novo cenário”, afirmou.

As dificuldades enfrentadas há anos pelos servidores públicos estaduais também foi lembrada pelo coordenador geral do Sindjus-DF (Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário e MPU no DF), Roberto Policarpo. “A gente sabe como é difícil enfrentar governos como o do Rio Grande do Sul e do DF, por exemplo, que mantêm uma política de privatização e enfrentamento com os trabalhadores”, disse. Para ele, a Federação irá traçar as metas para “transformar o Brasil através de um serviço público de qualidade”.

“Existem lutas que a gente não conquistou porque não estávamos organizados. A Federação abre esta oportunidade”, afirmou Evandro Machado, eleito secretário de Relações Internacionais da Fenasepe.

Para o presidente da entidade “esse é o início de um sonho de muitos anos”. Cícero Rola acredita que a criação da Federação é um grande avanço para a categoria e que, a partir daí, a valorização dos servidores e a qualidade do serviço público serão consequentes.

Atualizado em (14/12/2009)

Sorocaba (CUT Nacional) 14/12/09

Escrito por Paulo João Estausia - Presidente do Sindicato dos Rodoviários de Sorocaba e Região

Sindicato dos Rodoviários denuncia Breda por não pagar salário, tíquete refeição e não realizar manutenção de veículos

O Sindicato dos Rodoviários de Sorocaba e Região informa que os trabalhadores da empresa Breda Sorocaba ainda não receberam o tíquete-refeição, que deveria ter sido pago no 5º dia útil de dezembro.

Após pressão do Sindicato, o pagamento do salário referente ao mês de novembro foi feito direto no guichê da empresa, na Rodoviária de Sorocaba.

Desde o início da semana o Sindicato tenta entrar em contato, sem sucesso, com os diretores da empresa Breda Sorocaba e com o sócio-proprietário. O paradeiro de todos é desconhecido. O que permite ao Sindicato afirmar que diretores e proprietários abandonaram a empresa.

A manutenção dos ônibus está prejudicada. Não têm peças para reposição. Inclusive o abastecimento dos carros é feito com muita dificuldade. A situação geral é calamitosa e coloca em perigo os trabalhadores e a população.

A situação da empresa Breda Sorocaba piorou após a Artesp ter impedido a operação das linhas rodoviárias durante quatro dias. O Sindicato não compreende a posição da direção da Breda Sorocaba, que consegue uma liminar para operar e depois abandona a empresa.

Na noite da sexta-feira, 11 de dezembro, o Sindicato foi informado sobre uma ocorrência com um ônibus da Breda Sorocaba na rodovia João Leme dos Santos, nas proximidades do Hospital Psiquiátrico Santa Cruz.

Segundo informações do motorista do ônibus que fazia a linha Sorocaba-Salto de Pirapora, o veículo parou por causa de problemas mecânicos. Após avisar os passageiros, houve tumulto, um princípio de incêndio e o para-brisa dianteiro e os vidros laterais foram quebrados. A Polícia Rodoviária e o Corpo de Bombeiros de Votorantim foram acionados.

Diante da situação atual, o Sindicato acredita que a Breda Sorocaba terá muitas dificuldades para manter a frota rodando na próxima semana.

O Sindicato informa também que deu início às negociações com as empresas Viação Cometa, Viação São João e Viação Piracema assim que tomou conhecimento do edital publicado pela Artesp, no dia 05 de dezembro.

Houve avanços nas negociações com as empresas. Mas no final da tarde de hoje, 11 de dezembro, em reunião realizada na sede do Sindicato, a empresa Viação São João retirou as propostas até então apresentadas para o Sindicato.

O Sindicato ficou surpreso com essa decisão inesperada da São João que, após tantos dias de negociação, voltou atrás e não concordou com a contratação de todos os trabalhadores das linhas intermunicipais que deverão ser assumidas pela empresa.

A Viação Cometa manteve as propostas apresentadas e a Viação Piracema não se manifestou.

Por fim, o Sindicato informa que está convocando os trabalhadores da Breda Sorocaba para uma assembleia com caráter decisivo na próxima terça-feira, dia 15 de dezembro, às 10h e 19h, na sede do Sindicato dos Rodoviários, que fica na rua Capitão Augusto Franco, 159, Vila Amélia.

Atualizado em (14/12/2009)

Contra pacotação de Yeda (CUT Nacional) 14/12/09

Escrito por CUT-RS

CUT-RS realiza coletiva de imprensa nesta terça, às 11h, para repudiar ataque ao servidor público

O presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, Celso Woyciechowski, realizará uma coletiva de imprensa na próxima terça-feira, 15, às 11h, na sede da entidade (Rua Dr. Barros Cassal, 283, Bairro Floresta).

O objetivo é esclarecer a população gaúcha sobre os motivos pelos quais a CUT exige a retirada imediata dos projetos que compõem o pacote da governadora Yeda, o qual prejudica os servidores e destrói os serviços públicos. A coletiva será após o ato unitário dos servidores, que será realizado às 10h, na Praça da Matriz.

Serviço:

O que: Coletiva de imprensa na CUT-RS

Quando: 15/12/2009

Horário: 11h

Onde: Sede da CUT-RS (Rua Dr. Barros Cassal, 283, Bairro Floresta)

Contatos:

Presidente da CUT-RS, Celso Woyciechowski - 9967.1278

Secretário de Comunicação da CUT-RS, Paulo Farias - 9957.5944

Assessora de imprensa da CUT-RS, Daiani Cerezer - 9641.0961

Espírito Santo (CUT Nacional) 14/12/09

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo

Metalúrgicos decidem entrar em greve

Os trabalhadores metalúrgicos do setor metalmeccânico do ES decidiram, em assembléia na manhã desta segunda-feira (14) entrar em greve. Cumprindo a lei de greve, o movimento deverá iniciar 48 horas após a assembléia. Diante dessa decisão dos trabalhadores, o sindicato patronal (Sindifer) chamou uma reunião de mediação na Superintendência Regional do Trabalho (SRTE-ES), para as 14 horas.

A negociação salarial entre Sindimetal com o Sindifer, cuja Convenção Coletiva abrange mais de 25 mil metalúrgicos em todo o ES, está se arrastando. Foram 11 reuniões praticamente sem avanços, pois, das 94 reivindicações dos metalúrgicos, os patrões responderam a três:

O que querem os trabalhadores, o que dão os patrões

- . Reajuste de 7% (INPC 4,18% + 2,7% ganho real);
- . 6% (INPC de 4,18 + 1,74% ganho real)
- . Auxílio Alimentação (cesta básica) de R\$ 10000;
- . Não querem nem discutir
- . Reajuste no piso de ajudante de R\$ 700. Hoje é 500; 12% de reajuste no piso de ajudante
- . Reajuste no piso profissional para R\$ 1,3 mil; Não querem nem discutir
- . Plano de Saúde com menor custo e para a família; Plano de saúde participativo em 50%
- . Reajuste na tabela dos pisos profissionais conforme os valores praticados no mercado Não querem nem discutir
- . A insatisfação dos trabalhadores é grande. Assembleia realizada na manhã de quarta-feira passada (9), em frente à sede do Sindimetal em São Diogo/Serra decidiu recusar a proposta patronal. Neste dia, também houve uma paralisação como forma de protesto. Os metalúrgicos terceirizados na Vale fizeram uma passeata até à sede do Sindimetal, se juntando aos companheiros do Complexo de Tubarão (foto).

Mesmo discurso, desde o ano passado

Os patrões não mudam o discurso. No ano passado, os trabalhadores metalúrgicos do setor metalmeccânico e das contratadas (terceiros) sofreram com a intransigência patronal, que alegando “crise” não queriam dar nada. Foi preciso uma greve de sete dias para conquistar 7,26% de reajuste, além dos pisos salariais por função.

Naquele ano, os metalúrgicos de Colatina, Cachoeiro e outras regiões do Estado, ficaram de fora da cláusula dos pisos profissionais garantida na Convenção Coletiva de Trabalho. Esse ano, o Sindimetal não aceitará isso.

“A crise já passou, as empresas já estão bombando na produção e esfolando o peão. A indústria foi a que mais contratou em outubro e agora em novembro. E o discurso dos patrões não muda. Na hora de melhorar os salários é aquele chororô de prejuízo, crise”, criticou o presidente do Sindimetal, Roberto Pereira de Souza.

No primeiro semestre desse ano, em plena crise, as negociações salariais de outras categorias no Brasil todo, segundo o Dieese, garantiram aumentos reais de 2 a 3%.

Paraíba (CUT Nacional) 14/12/09

Escrito por CUT-PB

CUT cobrará estabilidade de 6 meses para trabalhadores do Grupo Pão de Açúcar

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) irá cobrar do Grupo Pão de Açúcar/Casas Bahia uma reunião para negociar a estabilidade dos seus trabalhadores durante seis meses em todos o Brasil, inclusive para os que trabalham na Paraíba, em suas três lojas localizadas em João Pessoa. De acordo com o dirigente da Executiva Nacional da CUT, Valeir Ertle, a proposta é de que seja feita uma reunião entre o presidente do grupo empresarial, Abílio Diniz, com o presidente da CUT Nacional, Arthur Henrique.

“Nós da CUT acreditamos que esta fusão deve ser discutida com a empresa para a manutenção dos postos de trabalho. Também vemos nesta fusão a formação de um monopólio no setor de eletro-eletrônicos, no qual tanto perdem os trabalhadores quanto os consumidores. Nestes moldes que a fusão se apresenta, o novo grupo terá condições de dividir a concorrência e aumentar os preços para a população”, destacou o sindicalista Valeir Ertle.

Segundo o representante da Executiva Nacional, parte das ações do Grupo Pão de Açúcar pertencem a multinacional francesa Casino, que tem como estratégia mundial deter o controle acionário de outras empresas. “O que nós tememos é que as lojas sejam fechadas ou os trabalhadores percam suas funções com a junção de atividades”, destacou Valeir. O sindicalista destacou ainda que o objetivo da CUT é que a reunião com o grupo seja realizada ainda este mês.

SITES PESQUISADOS	
	www.folha.com.br
	
	
	
	
	
	

O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

